

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRISCILA GONÇALVES SCHELP

**A MODERNIZAÇÃO NAVAL CHINESA E AS RESPOSTAS NA REGIÃO ÁSIA-
PACÍFICO**

Porto Alegre

2017

PRISCILA GONÇALVES SCHELP

**A MODERNIZAÇÃO NAVAL CHINESA E AS RESPOSTAS NA REGIÃO ÁSIA-
PACÍFICO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Schelp, Priscila Gonçalves

A MODERNIZAÇÃO NAVAL CHINESA E AS RESPOSTAS NA
REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO / Priscila Gonçalves Schelp. --
2017.

83 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. China. 2. Ásia-Pacífico. 3. Modernização. 4.
Transição de Poder. 5. Poder Naval. I. Cepik, Marco
Aurélio Chaves, orient. II. Título.

PRISCILA GONÇALVES SCHELP

**A MODERNIZAÇÃO NAVAL CHINESA E AS RESPOSTAS NA REGIÃO ÁSIA-
PACÍFICO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de Janeiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

À Virginia e ao Gilberto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela formação superior gratuita e de excelência.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marco Cepik, agradeço imensamente pela atenção e pelos valiosos conselhos e direcionamentos. À equipe de pesquisa, em especial ao Guilherme Simionato e ao Rômulo Pitt, por todas as consultas que puderam atender. Agradeço também ao Prof. Dr. José Miguel Martins, por despertar meu interesse pelos Estudos Estratégicos e inspirar minha trajetória acadêmica. Ao Humberto Carvalho, sou grata pela parceria nos estudos e por todo o auxílio prestado.

Aos Proactiveños, pela acolhida. Em especial, à VT e ao MJ, por confiarem a mim uma grande oportunidade de crescimento, amadurecimento e aprendizado.

Aos queridos colegas da turma 10 de Relações Internacionais que colecionei nesses anos de graduação. Obrigada por terem tornado essa jornada ainda mais enriquecedora e memorável. Guardo um carinho especial os amigos do Partiu Xiru, a quem sou grata não somente pela companhia na rotina da faculdade, mas também pelos debates que tanto me agregaram intelectualmente.

Às mulheres que mais me orgulham e me inspiram, Aline Rocha, Elisa Eichner, Gabriela da Costa, Katiele Menger e Thais Jesinski. Admiro-as profundamente pelo engajamento e pelo interesse genuíno em retribuir o que lhes foi investido como estudantes de universidade pública. Devo-lhes muito do que aprendi nos últimos anos e me sinto privilegiada de poder contar com essa amizade.

Ao meu companheiro e melhor amigo, Marcel Schenk. Tê-lo presente me trouxe clareza e paciência. Sinto-me inspirada diante da convicção de que esta é apenas a primeira etapa que percorremos lado a lado. Obrigada pela segurança de que o futuro nos reserva grandes coisas.

Por fim, à minha família, cujo suporte foi fundamental. Sou grata pela compreensão e pelo incondicional suporte. E, sobretudo, por termos aprendido juntos que quaisquer sortes adversas serão superadas contanto que tenhamos uns aos outros.

RESUMO

Este trabalho trata da modernização naval chinesa e suas implicações sobre a dinâmica securitária na região Ásia-Pacífico, de modo a encontrar subsídios para compreender o fenômeno da transição de poder Estados Unidos-China. Para esse exercício, considera-se a dimensão do poder naval, haja vista sua importância para a definição da hierarquia internacional. As modificações no inventário e na doutrina da marinha chinesa são caracterizadas por enfatizar a limitação do acesso ao entorno estratégico do país, sendo recebidas com desconfiança pelos países que compartilham as rotas de navegação no Mar da China Oriental (MCO) e no Mar da China Meridional (MCM). Verificou-se que, nos casos do Japão e da Coreia do Sul, houve a reestruturação de suas forças navais e o acirramento das disputas territoriais marítimas que se sobrepõem às reivindicações chinesas. Para a potência dominante no sistema global, atualmente os Estados Unidos, o aumento da projeção de poder e das capacidades de anti-acesso e negação de área (A2/AD) da China estimulou a mudança da prioridade estratégica para a região Ásia-Pacífico, demonstrando o comprometimento com a preservação de sua posição de liderança no sistema internacional.

Palavras-chave: China. Ásia-Pacífico. Modernização. Transição de Poder. Poder Naval.

ABSTRACT

This paper deals with the Chinese naval modernization and its implications for the security dynamics in the Asia-Pacific region, in order to aid the understanding about the United States-China transition power phenomenon. To this endeavor, the naval power dimension is considered, given its importance for international hierarchy definition. The changes in the Chinese navy's inventory and doctrine are characterized by the emphasis on limiting access to the country's strategic environment, being received with mistrust by the countries sharing the shipping routes in the East China Sea (MCO) and the South China Sea (MCM). It has been found that, in the cases of Japan and South Korea, there has been a restructuring of the naval forces and the intensification of maritime territorial disputes that overlap with the Chinese demands. For the dominant power in the global system, currently the United States, China's increased power projection and anti-access and area denial capabilities (A2/AD) stimulated a shift in strategic priority to the Asia-Pacific region, demonstrating the commitment to the preservation of its leadership position in the international system.

Keywords: China. Asia-Pacific. Modernization. Power Transition. Sea Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Orçamento de defesa chinês (2008-2017).....	32
Gráfico 2 - Quantidade total de patentes requeridas e concedidas, por país de origem	33
Figura 1 – Primeira e segunda cadeias de ilhas.....	36
Figura 2 – Reivindicações territoriais no Mar da China Meridional.....	48
Figura 3 – Zonas de Identificação de Defesa Aérea no Mar do Leste da China	52
Figura 4 – Comparação entre as Capacidades Militares de China e EUA	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contra-torpedeiros, fragatas e capacidades ASCM (1996-2017).....	39
Tabela 2 – Submarinos da MELP e capacidades ASCM e SLBM (1996-2017).....	41
Tabela 3 – Organização e equipamentos primários das Forças Marítimas de AutoDefesa	54
Tabela 4 – Organização e equipamentos primários da Marinha da República da Coreia	60
Tabela 5 - Organização e equipamentos primários da Marinha dos Estados Unidos.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	Anti-Acesso e Negação de Área
ASB	Air-Sea Battle
ASBM	Míssil Balístico Antinavio
ASCM	Mísseis Cruzadores Antinavio
AWACS	Sistemas Aéreos de Alerta e Controle
C4ISR	Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
CSBA	Center for Strategic Budget Assessments
DGA	Departamento Geral de Armamentos
DMBT	Mísseis Balísticos de Teatro
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FBD	Força Básica de Defesa
FDD	Força de Defesa Dinâmica
FMAD	Forças Marítimas de Auto-Defesa
JOAC	Joint Operational Access Concept
KDX	Korean Destroyer Experimental
MCM	Mar da China Meridional
MCO	Mar da China Oriental
MELP	Marinha do Exército de Libertação Popular
ONI	Office of Naval Intelligence
PDDN	Programa de Diretrizes de Defesa Nacional
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República da Coreia
RMA	Revolução em Assuntos Militares
RPC	República Popular da China
SLOCs	Vias Marítimas de Comunicação
SRBM	Mísseis Balísticos de Médio Alcance
SSBN	Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos
SSK	Submarinos Convencionais de Ataque
SSN	Submarinos Nucleares de Ataque

THAAD	Terminal High Altitude Area Defense
TMD	Defesa Antimísseis de Teatro
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
VLS	Sistema de lançamento vertical
ZIDA	Zona de Identificação de Defesa Aérea
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PODER NAVAL E TRANSIÇÃO DE PODER.....	15
2.1 PODER NAVAL	15
2.2 TRANSIÇÃO DE PODER	19
2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	22
3 O MODERNIZAÇÃO MILITAR E PODER NAVAL DA CHINA	26
3.1 ANTECEDENTES	26
3.2 A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR.....	29
3.3 A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR	34
3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	44
4 RESPOSTAS NA REGIÃO	46
4.1 JAPÃO	50
4.2 COREIA DO SUL	56
4.3 ESTADOS UNIDOS.....	61
4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	67
5 CONCLUSÕES.....	70

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se a analisar os elementos que caracterizam o processo de modernização da Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP), a fim de observar as implicações sobre a dinâmica securitária da região Ásia-Pacífico. Desse modo, espera-se encontrar subsídios para compreender o fenômeno da transição de poder Estados Unidos-China. A pesquisa se orienta a partir da pergunta: “Como Estados Unidos, Japão e Coreia estão reagindo à modernização naval da China?”

O objetivo central é verificar as implicações do progresso das capacidades navais chinesas na região Ásia-Pacífico. Os objetivos secundários são:

- a) apresentar o conceito de poder naval e a Teoria da Transição de Poder, em sua dimensão regional e global;
- b) descrever os elementos que caracterizam as reformas do Exército de Libertação Popular (ELP), enfatizando a força naval;
- c) relacionar os padrões de aquisição recentes, as atividades militares e as estruturas de forças das marinhas desses países com a expansão chinesa, a partir do conceito de poder naval;
- d) destacar tais aspectos no que tange à interação com os Estados Unidos (EUA).

A evolução da marinha chinesa se insere no contexto de ampliação do orçamento de defesa das forças armadas do país, materializada nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e nas aquisições de sistemas. A partir de parcerias estratégicas, do uso de engenharia reversa em equipamentos adquiridos e da endogeneização de tecnologia, a indústria de defesa tem desenvolvido sua capacidade de inovação, traço fundamental para as ambições de uma grande potência em ascensão. A evolução da marinha chinesa, ao enfatizar a limitação do acesso ao entorno estratégico do país, tem sido recebida com desconfiança pelos países que compartilham as rotas de navegação no Mar da China Oriental (MCO) e no Mar da China Meridional (MCM). Japão e Coreia do Sul espelharam a reestruturação de suas próprias forças navais e há um acirramento de disputas territoriais marítimas envolvendo reivindicações chinesas. Para o poder dominante no sistema global, atualmente os Estados Unidos, o aumento da projeção e das capacidades de anti-acesso e negação de área (A2/AD) da China ameaçam a circulação irrestrita aos comuns globais em uma região de intenso fluxo comercial, tendo em vista que é um ponto de confluência de vias marítimas de comunicação (SLOCs).

Entende-se que a avaliação da correlação de forças e da compatibilidade de interesses sob a teoria da Transição de Poder deve considerar os alinhamentos militares e políticos no contexto regional. Assim, a busca por evidências de efeitos desestabilizadores da trajetória evolutiva da MELP sobre a região Ásia-Pacífico concentrar-se-á na investigação das missões e capacidades das marinhas do Japão e Coreia do Sul, além de considerar a presença da Sétima Frota da Marinha dos Estados Unidos. Para os objetivos deste trabalho, são consideradas a dimensão subjetiva, referente às intenções e percepções, e a dimensão objetiva, alusiva aos recursos materiais. Desse modo, as técnicas de pesquisa adotadas consistem na análise qualitativa de fontes primárias (relatórios governamentais, livro branco de defesa, discursos oficiais) e secundárias (artigos científicos, relatórios de instituições privadas, livros e teses) e na análise de dados agregados de inventários militares provenientes do *Military Balance* (IISS, 2017).

A ênfase da modernização naval chinesa em sistemas de A2/AD traz incertezas à segurança regional e impõe desafios significativos à capacidade de intervenção dos Estados Unidos em um possível cenário de conflagração sobre Taiwan ou sobre os territórios em disputa locais. A resultante sobre os padrões de aquisição dos países da Ásia-Pacífico e a contestação à primazia dos Estados Unidos têm sido, portanto, os fatores que instigam pesquisas sobre a expansão chinesa. Till (2012) observa os desenvolvimentos recentes e sugere a possibilidade de conflitos na região.

O crescimento econômico aumentou os orçamentos de defesa e as marinhas reivindicaram uma parcela crescente das despesas nacionais para adquirir novos navios e capacidades. Este aumento de foco e esforço é especialmente evidente no Nordeste da Ásia, uma área que se engaja atualmente no que parece ser o típico comportamento de uma corrida armamentista: aquisição de plataformas, armas e sensores [...], que só realmente fazem sentido para operações contra inimigos competidores. [...] Podemos também ver uma mudança substancial no equilíbrio relativo entre o poder naval dos EUA e outros países da região Ásia-Pacífico. Dependendo da reação de outros estados a esse fenômeno, tal desenvolvimento, se verdadeiro, pode, por si só, ser profundamente desestabilizador (TILL, 2012, p. 11-12).

Ademais, os Estados Unidos conferem grande importância ao fortalecimento militar da China, considerando-se que o governo estadunidense tem grandes interesses na região e julgam que o fortalecimento relativo das forças chinesas colocaria em risco a sua capacidade de projetar poder sobre o Leste Asiático (DORNELLES JR, 2012). Nesse sentido, faz-se necessária a análise da dinâmica securitária regional para compreender a abordagem de Washington, sob o caráter das políticas públicas de defesa, na tentativa de manter a atual distribuição de poder. A trajetória da China, sobretudo no que se refere à transição para uma economia com plenas

capacidades de inovação, com reflexos sobre o perfil de força naval, suscita ainda uma agenda de estudos derivada da Teoria da Transição de Poder (MODELSKI; THOMPSON, 1988; ORGANSKI, 1968; KUGLER; LEMKE, 2003). Busca-se estimar as condições de uma possível guerra interestatal, característica da dinâmica de um poder dominante em declínio diante de uma potência em ascensão, a partir de evidências de que esse cenário pode ser enquadrado na interação entre China e Estados Unidos. Dada a relevância do tema para as relações internacionais contemporâneas, o estudo se justifica pela contribuição oferecida às análises das implicações desse cenário para a ordem regional e global.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em três seções. Na primeira, é apresentado o modo como é encontrada na literatura a relação entre o conceito de poder naval e a perspectiva teórica da transição de poder, tendo em vista a instrumentalização da importância do primeiro à dinâmica dos processos sistêmicos no plano interestatal. Em seguida, expõe-se uma sumarização dos resultados coletivos dos estudos acerca do processo de modernização da MELP a partir de meados da década de 1990. Por fim, são trazidas as possíveis implicações desestabilizadoras dessas mudanças em termos de configuração de poder, nos níveis regional e global.

2 PODER NAVAL E TRANSIÇÃO DE PODER

“Whosoever commands the sea commands the trade; whoever commands the trade of the world commands the riches of the world, and consequently the world itself”.
(RALEIGH, 1965, p. 325)

Este capítulo se destina a uma revisão bibliográfica e teórica para sustentar o estudo desenvolvido nos capítulos seguintes. Dessa forma, a primeira seção traz a definição do conceito de poder naval, de modo a enfatizá-lo como um elemento relevante ao poder nacional, tanto em termos de capacidades quanto de desenvolvimento industrial. Em seguida, apresenta-se a teoria da transição de poder, desenvolvida por Organski (1958). Nas conclusões parciais, relacionam-se o poder naval e a perspectiva da transição de poder, apontando a instrumentalização da importância do primeiro à dinâmica dos processos sistêmicos no plano interestatal. São destacadas, portanto, a tecnologia e a inovação no setor naval como componentes basilares do crescimento econômico de longo prazo, fator determinante à organização posicional dos Estados na ordem hierárquica internacional.

2.1 PODER NAVAL

Escritos acerca da importância das forças navais para a dinâmica das interações a nível global precedem largamente o clássico trabalho do estrategista naval Alfred Thayer Mahan, referência no tema, que insere o conceito de poder naval no contexto da política mundial. Embora na atualidade o termo seja mais comumente empregado nas esferas operacional e tática, seu sentido original compreende não apenas o combate no mar, mas as demais considerações políticas, diplomáticas e econômicas que ocupam o plano estratégico.

Ao se dedicar ao estudo da “influência do poder marítimo sobre o curso da história e da prosperidade das nações”¹, Mahan define o conceito, tratando-o como uma gama de formas de uso do mar, com aplicações civis e militares. Nesse sentido, Geoffrey Till (2009) aponta que a definição ampla de Mahan abrange a semântica do poder naval tanto como meio – marinhas e indústria naval civil-militar – quanto como fim – a capacidade de influenciar outros atores ou eventos associados à esfera marítima. Críticos apontam que o poder marítimo não seria suficiente, ao contrário do que Mahan sugere, para determinar o desfecho de grandes conflitos e suas implicações sobre as hierarquias regionais e globais.

¹ Do original “*The Influence of Sea Power Upon History*”, obra publicada pela primeira vez em 1890. No presente trabalho, utiliza-se como referência a versão publicada em 2008 pela Dodo Press.

Outro expoente da historiografia naval, Sir Julian Corbett destaca, sobretudo, a guerra no mar como parte integrante da guerra em terra, em detrimento da concepção de que seus resultados possam ser tomados como importantes ou decisivos em si mesmos (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999). A abordagem clausewitziana do historiador considera poder naval como a expressão das possibilidades reais de utilização do mar para os propósitos específicos de cada um dos lados em uma guerra. De modo geral, para Corbett, o comando do mar é circunstancial, estimado pela capacidade de um país de instrumentalizá-lo na busca de seus objetivos de guerra, em detrimento do grau absoluto de domínio sobre ele (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999). Define, portanto, o poder naval em termos de suas consequências, e não quanto aos seu meios.

Sob essa interpretação, as avaliações quantitativas das forças navais e a capacidade absoluta de combate são menos representativas tanto do poder naval quanto do poder nacional. Contudo, Corbett enfatizou os aspectos operacionais da guerra no mar, evitando explorar os pormenores das dinâmicas da economia mundial e sua relação com o poder naval.

Visando a derivar os elementos fundamentais que caracterizam o poder naval de uma unidade nacional, Mahan investiga as capacidades navais e as interações europeias entre os séculos XVII e XIX. Neste exercício, argumenta-se que o fator-chave na dinâmica de ascensão e queda dos impérios seria o controle do mar² ou sua ausência, haja vista sobretudo a experiência de predominância marítima da Grã-Bretanha (CROWL, 1986). Com efeito, tais elementos podem ser considerados como qualificações ao status de potência mundial (MODELSKI; THOMPSON, 1988).

Desse modo, a posse de poder naval, na abordagem de Mahan, é vinculada à grandeza e à riqueza dos povos. Além de compartilharem características, o poder naval é um facilitador do poder econômico que, por sua vez, é um motivador para o desenvolvimento naval (TANGREDI, 2002). A análise histórica evidencia a importância de uma marinha desenvolvida para o fortalecimento, expansão e proteção do comércio por via marítima, fundamental à construção do Estado e à definição de sua posição relativa no plano internacional. Como enfatizado por Mahan,

A história do Poder Naval é largamente, embora não unicamente, a narrativa de competições entre nações, ou rivalidades mútuas, de violência frequentemente culminando em guerra. A profunda influência do comércio sobre a riqueza e a força dos países foi claramente verificada muito antes que os verdadeiros princípios que governam seu crescimento e prosperidade fossem detectados. Para assegurar ao seu povo uma parcela desproporcional de tais benefícios, fez-se todo tipo de esforço para excluir os demais países, a partir de métodos legislativos pacíficos de monopólio e regulações proibitivas ou, quando estes falharam, através da violência direta. O

² Controle do mar é definido como a condição de liberdade de utilização do mar para atender seus propósitos em uma determinada área por um período de tempo, enquanto negando-o aos inimigos (SPELLER, 2014, p 96).

choque de interesses e a desconfiança despertados por tentativas conflituosas para se apropriar de uma parcela maior – se não da totalidade – das vantagens do comércio levaram a guerras (MAHAN, 2008, p. 23, tradução nossa)³.

Embora, em tese, todas as nações gozem de iguais oportunidades ao comércio e aos recursos oferecidos pelo acesso ao mar, os meios para defender tal acesso contra interdições recaem sobre a posse de uma marinha efetiva. Para concebê-la – sobretudo contando com a capacidade de operar globalmente –, faz-se necessário um nível de recursos estatais tangível apenas às grandes potências. Em suma, é possível afirmar que o acesso ao mar é uma metáfora para o acesso à economia global (TANGREDI, 2002).

Segue-se que o estabelecimento do comando do mar, expressão do poder marítimo, é a principal função da marinha a serviço de um Estado com aspirações no plano internacional, bem como a capacidade de negá-lo a competidores, se necessário, a partir do emprego da força. Por essa ótica, o poder naval é uma condição para a participação ativa na política global. É um dos recursos cuja ausência sujeita os Estados um papel meramente passivo na arena política (MODELSKI; THOMPSON, 1988). Constitui, portanto, um componente relevante à ordem mundial devido ao que as marinhas, e apenas as marinhas, são capazes de cumprir.

As Marinhas são forças militares diferenciadas em sua função, contínuas e que operam nos mares e nas costas. Como tal, são componentes essenciais ao sistema político moderno. O conhecimento sistemático acerca de sua composição e de sua operação é basilar à compreensão da política global (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 3, tradução nossa⁴).

Para Mahan, as marinhas compunham um instrumento de política nacional mais efetivo que os exércitos, haja vista que é menos obtusa e menos simbólica de intenções agressivas (CROWL, 1986). Dotada de maior mobilidade, mostra-se mais responsiva a direcionamentos políticos, e permite o acesso a uma gama mais ampla de recursos e experiências. Ao operar em âmbito global, sua capacidade de influência excederia o alcance das forças nacionais terrestres.

Sob condições de guerra, as marinhas têm sido fundamentais para preservar o território de ataques diretos e invasões, para projetar poder, atuar como instrumento dissuasório e

³ Do original: “The history of Sea Power is largely, though by no means solely, a narrative of contests between nations, of mutual rivalries, of violence frequently culminating in war. The profound influence of sea commerce upon the wealth and strength of countries was clearly seen long before the true principles which governed its growth and prosperity were detected. To secure to one’s own people a disproportionate share of such benefits, every effort was made to exclude others, either by the peaceful legislative methods of monopoly or prohibitory regulations, or, when these failed, by direct violence. The clash of interests, the angry feelings roused by conflicting attempts thus to appropriate the larger share, if not the whole, of the advantages of commerce, and of distant unsettled commercial regions, led to wars”.

⁴ Do original: “Navies are functionally differentiated, continuing, and large-scale organisations of military forces operating on or about the seas. As such, they are essential components of the modern global political system. Systematic knowledge about their composition and operation constitutes essential knowledge about global politics”.

diplomático, garantir a segurança de linhas de comunicação e comércio e alicerçar coalizões. Por outro lado, em tempos de paz, grandes marinhas possibilitaram controlar o comércio internacional e o uso de recursos oceânicos, bem como limitar a mobilidade intercontinental de forças militares competidoras, contribuindo para salvaguardar tanto as rotas comerciais quanto, de modo mais geral, a própria ordem hierárquica do sistema internacional (TANGREDI, 2002; MODELSKI; THOMPSON, 1988). Assim, embora não representem a única faceta relevante à liderança e às inerentes flutuações de tal posição, as forças navais compõem um fator político-estratégico que, em conjunto com outros elementos de natureza econômica, social e cultural, estabelece as bases para atividades de escopo global.

À guisa de estimar a capacidade de obtenção do comando do mar e, desse modo, avaliar o argumento ao status de liderança de um país, devem ser considerados determinados atributos. Na obra de Mahan, são postuladas seis condições gerais que afetam o poder naval de uma nação, de caráter universal e atemporal: “i) posição geográfica; ii) conformação física [...]; iii) extensão do território; iv) tamanho da população; v) caráter da nação; vi) caráter do governo” (MAHAN, 2008, p. 4, tradução nossa⁵). Modelski e Thompson, no entanto, questionam a relevância desses fatores para a mensuração da força naval de um país, e apontam os orçamentos da marinha e da construção naval; a envergadura e a superioridade técnica das frotas e, por fim, o efetivo naval em termos de recursos humanos (MODELSKI; THOMPSON, 1988; TILL, 2004).

Embora expressem não mais que incrementos nas capacidades navais quando tomados isoladamente, os gastos em construção naval refletem o esforço em compor marinhas de guerra e mercante robustas e a possibilidade de gerar empregos, renda e atração de investimentos, além de impulsionar outros setores da economia interna. No que tange ao desenvolvimento de tecnologias, cabe destacar que a superioridade das forças navais como meio de poder deve-se ao fato de empregarem tecnologia em um nível de sofisticação diferenciado, gerando maiores esforços de inovação quando tomadas em comparação com outras forças (CROWL, 1986; MODELSKI; THOMPSON, 1988). Visto que uma reivindicação crível à liderança mundial exige respaldo em uma força naval superior no mundo contemporâneo, que viabilize a defesa dos interesses do Estado através da presença militar em outras regiões, a posse de navios capitais geralmente é considerada um indicador das capacidades das marinhas. Modelski e Thompson (1988) utilizam, por exemplo, o número de porta-aviões e de submarinos de ataque nucleares como métrica da capacidade de alcance global, diferenciando marinhas regionais de marinhas

⁵ Do original: “I. Geographical Position. II. Physical Conformation [...]. III. Extent of Territory. IV. Number of Population. V. Character of the People. VI. Character of the Government”.

globais. A associação entre uma frota de plataformas poderosas e poder naval tem sido historicamente tão estreita que são empregadas como sinônimos (TILL, 2004).

De modo geral, o domínio sobre o mar diz respeito não somente à capacidade de influenciar o comportamento de outros atores estatais, mas ao controle do comércio internacional e sobre a posse de recursos, assim como à instrumentalização das marinhas para fins diplomáticos e para o exercício de influência política em âmbito global (TANGREDI, 2002). Há, portanto, uma relação próxima entre a distribuição de poder naval e a dinâmica de liderança entre os Estados, a ser desenvolvida a diante.

2.2 TRANSIÇÃO DE PODER

Diante do exposto, é interessante observar os paralelos que podem ser traçados a partir da Teoria da Transição de Poder (ORGANSKI 1968; KUGLER; LEMKE, 2003). A interpretação enfatiza a importância do crescimento interno para a política internacional, a hierarquia no plano interestatal, e o papel do poder relativo para avaliações do status quo internacional na antecipação de uma guerra entre os componentes do sistema. Em oposição às teorias de balanceamento de poder⁶, a ausência de leis ou agências reguladoras supranacionais não são condições suficientes para impedir que se identifique uma ordem hierárquica entre os Estados. Nessa abordagem, as interações entre os Estados são moderadas implicitamente por padrões que caracterizam o status quo, referente às relações econômicas, políticas e militares. De acordo com a teoria de transição de poder, o poder dominante determina o status quo quando ascende à posição de liderança, cenário que geralmente acompanha o desfecho de uma guerra global (KUGLER; LEMKE, 2003).

Tendo em vista o objetivo de maximizar ganhos a partir das relações com seus semelhantes, a potência dominante cria padrões de interação que operam em favor de seus interesses, condizentes com o caráter de suas instituições domésticas. Desse modo, os Estados em alinhamento com essas condições frequentemente gozam de maior riqueza, prestígio e segurança. Os Estados que, todavia, não se identificam com o status quo estabelecido, buscam alterá-lo, perturbando os esforços de preservação empreendidos pelo líder. Insatisfeitos com a ordem vigente que não lhes é favorável, os Estados respaldam suas reivindicações em

⁶ As teorias de balanceamento de poder apresentam um foco distinto, mas trazem contribuições explicativas complementares às teorias da transição de poder. Sob a interpretação do balanceamento de poder, a dinâmica de Política Internacional é explicada a partir número de polos de poder no Sistema Internacional, partindo da ideia de anarquia entre os Estados (OLIVEIRA, 2012, p.111)

capacidades militares, viabilizadas pelo crescimento econômico de longo prazo (KUGLER; LEMKE, 2003).

A possibilidade de ocorrência de grandes guerras é avaliada a partir do grau geral de aceitação do status quo e das condições de paridade de poder dos desafiadores em relação ao líder hegemônico. A paridade é associada à guerra; a preponderância, a interações pacíficas. A ascensão de um Estado insatisfeito coloca à prova a viabilidade da preservação da ordem distributiva de poder, sustentada por ameaças, coerção e dissuasão, indicando um possível conflito de grandes proporções pelo controle do status quo. Segue-se que trajetórias evolutivas militares são associadas diretamente a guerras globais e mudanças estruturais nas interações interestatais (ORGANSKI, 1968).

As capacidades militares, como expressão do poder nacional, são desenvolvidas quando verificado o crescimento – demográfico e econômico – interno de um Estado (KUGLER; LEMKE, 2003). A população é proporcional ao tamanho do mercado interno e da força de trabalho, além de contribuir à envergadura das forças armadas. A transição demográfica se refere, nesse sentido, ao processo de mobilização e integração de uma grande população ao sistema político, sob taxas de natalidade e mortalidade estabilizadas, de modo que é possível gerar mais riqueza a nível nacional (ORGANSKI; ORGANSKI, 1961). Assim, são os processos domésticos que determinam o poder nacional e possibilitam que se atinjam condições de paridade, mesmo sob influência negativa de um status quo político, econômico e militar desfavorável aos interesses do país.

Embora se refira fundamentalmente a dinâmicas de poder relativo dos Estados, a teoria da Transição de Poder se diferencia da abordagem tradicional realista ao identificar múltiplas hierarquias no sistema internacional e considerar a possibilidade de haver diferentes reações a um dado estímulo sob avaliações distintas do status quo. O exemplo mais representativo é a observação de que quando condições de paridade militar com o líder hegemônico são atingidas por um Estado satisfeito com os padrões de relação impostos, não há expectativas consideráveis de eclosão de uma conflagração (KUGLER; LEMKE, 2003). Dessa forma, objetiva-se prever satisfatoriamente a possibilidade de guerras globais a partir da insatisfação com o status quo e da paridade de poder. Contudo, deve ser constatado que seu domínio é limitado, tendo em vista que tais predições são derivadas de díades de poder relativo que incluem necessariamente o líder do sistema.

Além disso, a subjetividade das avaliações do status quo como variável a ser considerada em estudos preditivos sobre conflitos internacionais dificulta a prática de uma análise precisa. Diferentes propostas de medidas empíricas referentes ao grau de satisfação diante do status quo

têm sido consideradas, dentre as quais cabe citar a presença ou ausência de uma escalada militar. Em um cenário em que o Estado em ascensão experimenta um processo de desenvolvimento extraordinário de suas capacidades militares, elevando seu orçamento de defesa a taxas que superam as do líder hegemônico, o desafiador em questão é classificado como insatisfeito com o status quo (WERNER; KUGLER, 1996). Avaliações empíricas demonstram, desse modo, uma relação positiva entre o desenvolvimento acelerado de capacidades militares e a ocorrência de guerras pelo controle do status quo.

A partir do principal diferencial em relação às abordagens de balanceamento de poder – o fato de que a interpretação da transição de poder caracteriza o sistema internacional como dotado de hierarquia entre os Estados – é derivado o modelo de hierarquia múltipla. A aplicação da teoria de Transição de Poder em nível regional é demonstrada por Douglas Lemke (2002), quando explica que, além do status quo imposto pelo líder hegemônico, há diversas hierarquias locais, dotadas de seus próprios Estados dominantes. Sob essa perspectiva, as múltiplas hierarquias que integram o sistema internacional são caracterizadas pela atuação política e militar limitada de potências menores, tendo em vista sua relativa insuficiência e incapacidade de exercer influência.

As expectativas da eclosão de uma guerra em tais subsistemas são condicionadas pelos mesmos fatores apontados em nível global, exceto pelas proporções do conflito, bem como as possíveis consequências para a ordem do sistema. Outra exceção diz respeito à possibilidade de interferência de grandes potências, quando sua avaliação das dinâmicas regionais indica potenciais ganhos ou prejuízos aos seus interesses. A interferência externa gera perturbações que desviam o comportamento dos Estados em um subsistema do previsto pelo modelo, isto é, de que paridade de poder e insatisfação diante status quo conduzem a disputas (LEMKE, 2002). Para evitar a interferência da potência dominante, o status quo local estabelecido pelas potências regionais concerne questões que geralmente não entram em desacordo com suas aspirações, como é o caso das normas que regem disputas territoriais. Desse modo, a principal contribuição do modelo é a extensão do escopo da teoria de transição de poder, considerando interações entre países em desenvolvimento que não necessariamente envolvem o poder dominante em nível mundial.

Rasler e Thompson (2000) sustentam sua análise na interpretação da Transição de Poder quando apontam a existência de um padrão sucessivo, na dinâmica internacional no último milênio, de concentração e desconcentração de capacidades globais, conforme a força da liderança da potência dominante. O grau de concentração indica a estabilidade do sistema, referente à probabilidade de eclosão de guerras.

Assim, são reforçadas as constatações de Kugler e Lemke (2003), as quais reconhecem que as potências ascendentes não favorecidas pelo status quo estabelecido pelo líder geram insegurança à liderança global quando em condições de paridade militar. Nesse sentido, considerando-se a vantagem do poder hegemônico, a condição de paridade que o desafia deve resultar do esforço de inovação e do desenvolvimento da indústria, sobretudo do setor naval, considerando-se a importância de marinhas robustas para o alcance global, para o domínio das vias comerciais marítimas e para a proteção do território (RASLER; THOMPSON, 2000).

No que tange às potências em declínio, sua posição é deteriorada a partir de duas causas principais. Em primeiro lugar, seriam os retornos decrescentes dos empreendimentos inovadores que as fizeram emergir, de modo que as vantagens de potência pioneira são erodidas. Apontados por Gilpin (1981), em segundo lugar estão os compromissos excessivos assumidos enquanto líderes para a proteção da ordem política e econômica global, isto é, para a sustentação do status quo. Os recursos consumidos pelas forças militares significam uma diminuição proporcional no volume investido em atividades que geram crescimento econômico futuro, caracterizando um esforço contraproducente de manutenção de sua posição, visto que, na verdade, contribui para o seu declínio. Rasler e Thompson (2000) argumentam que as potências mundiais não experimentam declínio relativo em decorrência de uma superextensão estratégica. Em uma lógica inversa, o comprometimento excessivo seria, na verdade, consequência do seu declínio relativo.

A abordagem da Transição de Poder aspira, portanto, identificar tendências hostis no sistema internacional e as circunstâncias do estabelecimento de um novo status quo. Tendo em vista que uma guerra global é possível quando há paridade de poder e insatisfação com a ordem vigente, prevê-se uma ocorrência nas próximas décadas quando se observa o caso da China diante dos Estados Unidos.

2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Diante do exposto, é possível observar que os processos de transição de poder são pontuados pela obtenção e instrumentalização de capacidades específicas. De modo geral, o poder econômico e a capacidade de inovação são apontados como determinantes para a ascensão de uma grande potência diante das demais (GILPIN, 1988; ARRIGHI, 1996). Esses fatores, por sua vez, estão relacionados ao poder militar e ao acesso sem impedimentos ao mar, considerando-se que cerca de 80% do comércio global por volume e 70% por valor é transportado por vias marítimas (UNCTAD, 2015). Portanto, Modelski e Thompson (1988),

verificam o papel desempenhado nestes processos pelo poder naval e, por conseguinte, pelo alcance global, afirmando haver regularidades na ocorrência de guerras globais e na sucessão de hegemonias. Sua hipótese central é de que, no sistema moderno, as grandes potências mundiais têm sido potências navais, exercendo ativamente o comando do mar no sentido Mahaniano.

Em um sentido mais amplo, isso ocorre porque a posição de liderança mundial requer poder naval robusto, e guerras globais são, essencialmente, competições pela liderança. Mais especificamente, há pelo menos duas razões adicionais que justificam tal afirmação: as causas imediatas do conflito geralmente envolveram questões que concernem o comando do mar ou comunicações marítimas, e o combate no mar propriamente dito contribuiu largamente para o seu desfecho (MODELSKI; THOMPSON, 1988).

Conferindo importância semelhante ao conceito para a configuração de poder no plano sistêmico, Rasler e Thompson (2000) identificam as hegemonias em cada período no último milênio. O modelo examina dois tipos de co-evolução: a interação entre crescimento econômico e liderança política e militar global; e a interação entre desenvolvimento e declínio de hierarquias regionais e globais, havendo reciprocidade acerca dos efeitos desses processos.

A contribuição dos autores sublinha que a capacidade e o interesse em influenciar eventos – traços determinantes de um ator relevante no plano internacional – estiveram estreitamente relacionados ao poder naval. Derivando dessa observação a ideia dos ciclos de supremacia marítima ou ciclos longos de liderança global, verifica-se uma correspondência muito próxima aos ciclos arrighianos de acumulação capitalista. Essa relação deriva do fato de que as inovações tecnológicas excepcionais, raízes do crescimento econômico de longo prazo, têm sido observadas sobretudo na indústria naval e no desenvolvimento de capacidades navais, indispensáveis, como apontado por Mahan, à segurança de transações inter-regionais de longa distância. Desse modo, reforça-se a ideia de que a liderança militar é inerente à liderança econômica, considerando-se os recursos necessários à acumulação de poder.

Na medida em que a indústria naval é intensiva em tecnologia e conhecimento, o poder naval esteve também estreitamente relacionado à inovação, a qual está na raiz de profundas transformações estruturais capazes de promover o crescimento econômico de longo prazo. Nos longos ciclos que caracterizam intervalos entre guerras globais, verificam-se os processos de recuperação, consolidação e exploração de novas tecnologias e métodos, referidos de modo mais geral como concentração de capacidades militares (RASLER; THOMPSON, 2000).

É possível perceber que as ondas periódicas de inovação estão associadas ao compasso do longo ciclo, e estas também são significativamente navais e marítimas. Caracteristicamente, [...] as principais inovações navais, tanto em matéria de *hardware* tecnológico quanto na questão da elaboração do *software* doutrinário, foram lideradas pelas potências suscetíveis a aspirar e obter o status de liderança (MODELSKI; THOMPSON, 1988).

Estabelecidas essas relações, compreende-se que o poder naval relativo, além de constituir a principal variável para identificar a potência hegemônica em cada período, permite ainda separar as potências que possuem interesses predominantemente globais das que possuem interesses regionais (OLIVEIRA, 2012). Enquanto as potências regionais tendem a construir grandes aparatos militares terrestres, como exércitos poderosos, as potências globais tendem a construir forças militares que possibilitem intervir em outras regiões, como as forças navais.

Desse modo, a análise dos ciclos de supremacia marítima desenvolve as dinâmicas de poder também em nível regional, averiguando os efeitos desses processos na esfera de atividade global, aspecto geralmente negligenciado ou abordado de modo superficial na literatura. É evidente como alguns dos ciclos de hegemonia europeus se globalizaram, gerando conflitos que modificaram profundamente a estrutura internacional. É precisamente na confluência da ascensão de um ator poder regional com o declínio de um poder global que ocorreram as guerras mais letais e significativas à configuração da hierarquia interestatal. Deve ser ressaltado que as rupturas no plano regional se mostram menos relevantes aos ciclos globais no cenário contemporâneo, exceto para o leste da Ásia, onde se observam pontos de concentração de inovação tecnológica, sinalizando um novo ciclo.

Se o padrão do último milênio for mantido no próximo sem grandes modificações, estaremos embarcando em uma nova sequência de surtos de inovação, separados por um período de conflitos intensos e, possivelmente, pela fusão dos processos regionais e globais. Essas previsões podem ocorrer em meados do próximo século (2030-50) (RASLER; THOMPSON, 2000, tradução nossa⁷).

Atualmente, a ascensão do Leste Asiático como novo centro financeiro-produtivo, contando com a China como um polo de poder autônomo, impõe dificuldades à manutenção da hegemonia construída pelos Estados Unidos em grande parte do século XX. Sugerindo um deslocamento do centro de inovações e de desenvolvimento político-econômico do mundo para a região, o avanço tecnológico chinês pode ser observado sobretudo nos esforços de modernização de sua Marinha, tanto das forças de submarinos como dos navios de superfície, incluindo a construção de porta-aviões (OLIVEIRA, 2012).

⁷ Do original: "If the pattern of the last millennium is maintained into the next one without major modification, we are in for another round of twin-peaked innovation spurts, separated by a period of intensive conflict and possibly the fusion of regional and global processes. These predictions might take place roughly in the middle of the next century (2030-50).

Sob o prisma da transição de poder e das hierarquias múltiplas em nível regional, a trajetória evolutiva da marinha chinesa no contexto de interações da Ásia-Pacífico constitui o objeto de estudo para compreender e avaliar as perspectivas de uma transição entre Estados Unidos e China. A partir dos indicadores dessa tendência identificados pela abordagem teórica – a satisfação com o status quo e a paridade –, as seções seguintes procurarão demonstrar a significativa mudança na balança de poder em favor da China desde que os Estados Unidos emergiram como a única superpotência, ao final da Guerra Fria.

3 O MODERNIZAÇÃO MILITAR E PODER NAVAL DA CHINA

O esforço de modernização das forças armadas chinesas e, mais especificamente, da Marinha, é caracterizado pela ênfase nas capacidades assimétricas que negam acesso ao entorno estratégico chinês. Tal processo é descrito na literatura como uma necessidade identificada pelas lideranças chinesas a partir de casos específicos de crises políticas e militares, sobretudo envolvendo os Estados Unidos. Desse modo, cabe expor brevemente os eventos que colocaram em evidência a incapacidade da China de defender seus interesses por meios militares convencionais, obrigando-a a reconhecer a obsolescência do seu arsenal frente a intervenções externas. Outros episódios se mostram relevantes pelas lições operacionais que puderam ser extraídas, contribuindo para a formulação doutrinária chinesa (SCOBELL; LAI; KAMPHAUSEN, 2011). Em seguida, a presente seção apresentará as características elementares do progresso econômico chinês no que tange ao desenvolvimento de uma base industrial de defesa. Obtêm-se, assim, subsídios para uma dimensão mais clara dos objetivos estratégicos da China, bem como os aspectos a serem sublinhados na investigação de seu atual inventário naval. Apontam-se ainda as limitações, desafios e perspectivas do processo de modernização da MELP, os quais exercerão influência sobre as políticas públicas de defesa dos países da região e dos Estados Unidos.

3.1 ANTECEDENTES

A Guerra das Malvinas, de 1982, pode ser vista como uma analogia traçada com um possível conflito envolvendo Taiwan, prioridade estratégica da China. A natureza assimétrica do conflito deve ser ressaltada porque condiz com a perspectiva chinesa de que o país geralmente é desafiado por adversários mais poderosos, originada pelo “século de humilhação” a que foi submetido. A importância conferida à Guerra das Malvinas como experiência, portanto, está relacionada de modo ideológico à tradição de guerra assimétrica das forças armadas chinesas, sob a interpretação de que a luta da Argentina contra o Reino Unido foi uma tentativa de atacar o “imperialismo ocidental” (GOLDSTEIN, 2008, p. 65). Do ponto de vista prático, está a semelhança entre o caso das Malvinas e o de Taiwan. Ambas são ilhas próximas à costa de um ator regional relevante, o qual reivindica soberania sobre elas; e são alvo de disputas onde uma grande potência extrarregional oferece proteção como forma de garantia a sua autonomia ou independência. Os cenários também compartilham o fato de que colocam em oposição uma

grande potência e uma potência regional, envolvendo combates aeronavais e anfíbios (GOLDSTEIN, 2008).

A experiência de combate destacou o protagonismo da aviação antinavio e dos mísseis cruzadores antinavio, como verificado no ataque argentino ao contra-torpedeiro britânico, *HMS Sheffield*, e à embarcação mercante *Atlantic Conveyor*, sinalizando a interdição das linhas marítimas de comunicação. Desse modo, a China pôde observar como tais capacidades são instrumentalizadas para negar o uso do mar, impedindo a liberdade de ação de um inimigo nas suas águas territoriais, bem como constatar a importância de bases avançadas, devido às dificuldades de manter extensas linhas logísticas, evidente nas operações empreendidas pelo Reino Unido. Além disso, a experiência marcada pela desproporcionalidade de forças em um cenário de guerra no mar orientou a prioridade conferida à MELP e o plano de aquisições de sistemas no bojo da modernização verificada nas décadas seguintes. A ênfase no controle do mar pode ser percebida no desenvolvimento de capacidades de monitoramento para rastrear e adquirir alvos sobre embarcações no seu entorno estratégico marítimo; no aprimoramento das frotas de submarinos convencionais de ataque e de navios de combate; e na expansão no inventário de mísseis cruzadores antinavio e mísseis balísticos antinavio (YUNG, 2011). Nesse sentido, Scobell, Lai e Kamphausen (2011) ressaltam que a aceção tradicional do poder naval como mero adjunto do poder terrestre pelas forças armadas chinesas, dadas suas limitações orçamentárias e a falta de experiência real de guerra, tem sido abandonada nas diretrizes doutrinárias desde então.

Já a Crise do Estreito de Taiwan ocorrida entre 1995 e 1996 acontece na esteira de uma série de testes missilísticos realizados pela China em águas circundantes de ilha, sob o propósito de intimidar os esforços pró-independência do presidente Lee Teng-Hui. Tais medidas condizem com o grande valor geoestratégico conferido a Taiwan, tendo em vista a ampliação da capacidade de projeção de poder marítimo e aéreo que poderia ser obtida a partir de uma reunificação. Em resposta, os Estados Unidos enviaram uma frota militar, considerada a maior desde a Guerra do Vietnã, a fim de reforçar a credibilidade de seu compromisso com a defesa de seus aliados no Leste Asiático e fortalecer a legitimidade da presença militar norte-americana na região (DORNELES JR, 2012). A vultosa demonstração de força estadunidense expôs as vulnerabilidades bélicas do ELP e apontou a necessidade de desenvolver capacidades que futuramente dificultassem o pronto deslocamento de forças extrarregionais ao entorno estratégico chinês. Os cálculos estratégicos da China passaram a considerar cenários semelhantes de intervenções militares na Primeira Cadeia de Ilhas, considerando especialmente os Estados

Estados Unidos, e direcionaram as prioridades à modernização da economia e dos recursos defensivos do país (DING, 2003; DOD, 2011).

Percebe-se também que ambas as guerras travadas entre os Estados Unidos e o Iraque, em 1991 e em 2003, influenciaram o pensamento militar chinês, especialmente no que diz respeito ao destaque à tecnologia da informação, evidenciado nos padrões de desenvolvimento e aquisição de sistemas (CHENG, 2011). Tendo em vista que não contam com uma vasta experiência própria de combate moderno, sobretudo nas esferas aérea e naval, as forças armadas chinesas puderam extrair reflexões acerca da condução do combate em guerras locais fazendo uso de tecnologia avançada, com o emprego de armas guiadas de precisão de longo alcance e de uma cadeia robusta de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR, na sigla em inglês).

O êxito dos Estados Unidos na Primeira Guerra do Golfo está diretamente relacionado à digitalização, com o uso de radares e computadores embarcados e da rede. A informação, que desempenha um papel central no campo de batalha, passa a ser coordenada por Sistemas Aéreos de Alerta e Controle (AWACS). A radical mudança na natureza da guerra foi aparentemente compreendida pelos estrategistas militares chineses e enfatizada no Livro Branco de Defesa, sob a referência às “guerras locais sob condições de alta-tecnologia” (CHINA, 2004)⁸. Ademais, incorporou-se a esfera operacional à abordagem chinesa ao conflito, intermediária entre os domínios estratégico e tático, de modo que as futuras operações do ELP seriam caracterizadas pela atuação conjunta e integrada das forças navais e da Segunda Artilharia, minimizando proporcionalmente a contribuição da força terrestre.

Por fim, o bombardeio – supostamente acidental – à embaixada chinesa em Belgrado, durante a Guerra do Kosovo em 1999, e a crise entre China e Estados Unidos que a sucedeu, tem sido similarmente considerado um evento responsável por induzir mudanças no pensamento estratégico chinês. Do ponto de vista político, reabriu as discussões acerca da orientação da política externa do país diante dos Estados Unidos, em um momento em que as relações bilaterais se encontravam abaladas por interesses divergentes, embora aparentemente normalizadas após a Crise do Estreito de Taiwan de 1996 (DORNELES JR, 2012). No que tange às lições operacionais, refinou-se a visão do ELP sobre a condução de guerras locais, refletindo a

⁸ Guerra local é uma guerra de escopo geográfico limitado pela correlação de forças dos contendores. Martins (2008) esclarece que o conceito foi apropriado pelos chineses a partir dos escritos de Carl Von Clausewitz. Segundo o autor, essa ideia foi estabelecida como o centro da preparação militar do país, de modo que a economia nacional é beneficiada da tecnologia, haja vista os transbordamentos dos avanços técnico-científicos para a indústria e a sociedade civis.

percepção da alta tecnologia no nível dos sistemas e consolidando o parecer de que o combate mecanizado estava dando lugar à guerra centrada em rede (YUNG, 2011).

Percebendo a necessidade de implementar reformas em seu perfil de forças, delinear-se-iam duas vertentes distintas no ELP quanto às novas prioridades: a primeira julgava imprescindível investir em sistemas e equipamentos modernos, buscando nivelar a superioridade tecnológica dos Estados Unidos; enquanto a segunda questionava a ideia de combater um adversário poderoso em condições de paridade. Nesse sentido, as vulnerabilidades inerentes à força superior do oponente seriam exploradas, como a dependência excessiva da tecnologia militar avançada, e a utilização de quaisquer meios disponíveis para dirimir tais vantagens (YUNG, 2011). Referências a essa abordagem são geralmente identificadas na doutrina militar chinesa sob o uso do termo *shashoujian*, ou Maça Assassina, analogia às capacidades de baixo custo empregadas de modo a superar um adversário muito superior⁹.

Desse modo, fundiu-se a tradição histórica e cultural da “Guerra Popular” – geralmente entendida como a estratégia operacional específica de empregar a força ao estilo maoísta, com a utilização de grandes massas de pessoas e de sistemas de baixa tecnologia – com os requisitos da era moderna, buscando a obtenção dos equipamentos de última geração que constituem elementos centrais da Revolução em Assuntos Militares (RMA)¹⁰ com características chinesas (BRUZDZINSKI, 2004).

3.2 A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR

Diante desses episódios, a premência pela inserção tecnológica das forças armadas chinesas passou a moldar diretrizes estratégicas e instituições, refletindo um incremento no orçamento de defesa, bem como um aumento considerável no investimento em pesquisa militar, condizentes com as taxas de crescimento econômico. A partir de meados de 1990, a postura meramente reativa às ameaças externas foi abandonada em favor de uma trajetória mais consistente do volume anual de recursos destinados às forças armadas, crescendo aproximadamente 11% ao ano, considerando-se a inflação média (DORNELLES JR, 2012). Na última década, o orçamento de defesa chinês experimentou uma ampliação de 118%, a maior em relação aos demais países (TIAN *et al.*, 2017).

⁹ Mais comumente traduzido como “maça assassina”, o termo se origina das guerras chinesas antigas, em que muito se utilizavam pequenas armas e discretas, porém altamente letais (BRUZDZINSKI, 2004).

¹⁰ Segundo Neves Jr (2015), “Diferentes autores têm elaborado noções distintas de periodização de gerações ou fases de evolução da guerra a partir dos impactos das transições tecnológicas. A RMA pode ser compreendida como uma transformação na forma de se fazer a guerra com a adaptação de inovações tecnológicas combinada com a elaboração de uma doutrina militar adequada para as Forças Armadas (NEVES JR, 2015, p. 36).

Tanto a aquisição quanto o desenvolvimento endógeno de sistemas navais modernos partem da otimização da base industrial e tecnológica de defesa, sob o esforço constante de obter autonomia tecnológica, nos moldes do modelo tecno-nacionalista (CHEUNG, 2011). Embora a indústria mundial de armamentos esteja baseada na globalização, a China – assim como outros países asiáticos – tem optado e persistido em uma abordagem que preza pela autossuficiência para a produção de sistemas bélicos, buscando conciliar a demanda por autarquia com os crescentes requisitos tecnológicos dos sistemas de armas de última geração, sobretudo no que tange à guerra centrada em rede (BITZINGER, 2011). O tecno-nacionalismo, valorizando a evolução da tecnologia baseada em imitações para uma tecnologia baseada na inovação, constitui um importante fator promotor da consolidação de uma indústria nacional de defesa. A ênfase no conceito deriva do receio de que a dependência externa comprometa a defesa da nação sob embargos e restrições de importações de fornecedores estrangeiros. Essa abordagem, portanto, remete à busca de autonomia política e econômica através da endogeneização de tecnologia, especialmente relevante para países que buscam o status de grande potência.

Dessa forma, as lideranças chinesas têm buscado construir um sistema de endogeneização e inovação nacional que habilite o país e a economia de defesa a satisfazer as suas necessidades tecnológicas. Como enfatizado no documento oficial do Programa Nacional de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia,

Faz-se necessário que o fortalecimento da capacidade de inovação endógena seja o núcleo dos empreendimentos de Ciência & Tecnologia. O Partido e o governo há muito defendem e atentam à questão [...] Durante as últimas décadas, tem-se buscado uma política de reformas e abertura para o mundo exterior, nosso país tem importado um grande volume de tecnologias e equipamentos, os quais desempenharam um importante papel no aumento no nível global de tecnologia de nossas indústrias e na promoção do desenvolvimento econômico do país. Todavia, deve-se estar ciente de que a importação de tecnologia sem a ênfase adequada em assimilação, absorção e re-inovação está fadada a enfraquecer a capacidade de Pesquisa & Desenvolvimento endógena da nação, o que por sua vez amplia o hiato em relação ao progresso mundial. [...] [A] melhoria da capacidade de inovação endógena deve ser uma estratégia nacional implementada em todos os setores, indústrias e regiões, de modo a aumentar drasticamente a competitividade do país (CHINA, 2006, p. 9, tradução nossa¹¹).

¹¹ Do original: “This calls for placing the strengthening of indigenous innovation capability at the core of S&T undertakings. The Party and government have long advocated and paid close attention to indigenous innovation. During the past two decades or so since we began to pursue the policy of reforms and opening to the outside world, our country has imported a huge amount of technologies and equipment, which played an important role in raising the overall technological level of our industries and promoting the country’s economic development. However, one should be clearly aware that importation of technology without emphasizing assimilation, absorption, and reinnovation is bound to weaken the nation’s indigenous R&D capability, which in turn widens the gap with world advanced levels. In a word, the improvement of indigenous innovation capability must be made a national strategy that is implemented in all sectors, industries, and regions so as to drastically enhance the nation’s competitiveness”.

Tal projeto é reforçado pelo uso recorrente do termo *Zizhu Chuangxin*, que expressa uma estratégia híbrida de assimilação progressiva e prática de conhecimentos e tecnologias domésticas e estrangeiras, aperfeiçoadas de modo se tornarem originais. Consideráveis avanços foram possíveis como resultado do amplo acesso a recursos financeiros e humanos, do apoio político e institucional – universidades, institutos de pesquisa, incentivos governamentais –, dos esforços de integração civil-militar, do fluxo de tecnologias e *know-how* estrangeiros e da introdução de modos avançados de governança, composição de mercado e gerenciamento. Assim, observa-se uma gradual evolução de uma economia de defesa baseada na imitação para uma com capacidade de inovação (CHEUNG, 2011).

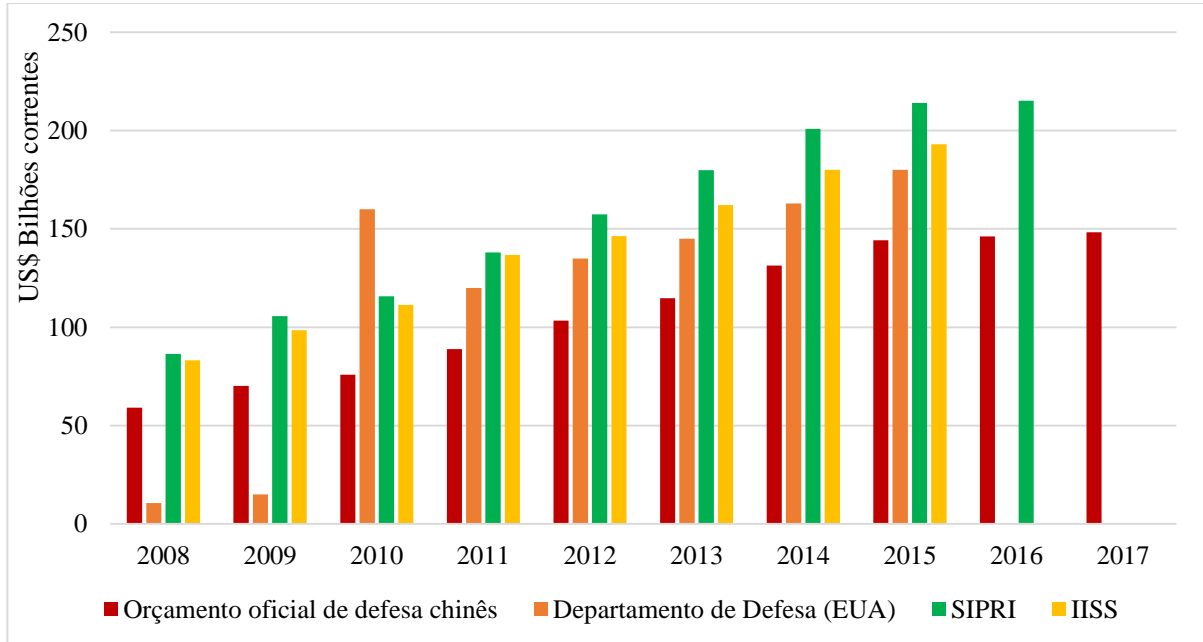
Além de expandir a produção militar, obter avanços significativos em P&D e explorar tecnologias comerciais e de uso-dual, a base industrial de defesa da China se beneficiou de diversas reformas estruturais bem-sucedidas. As mais significativas compreendem a reorganização administrativa que estabeleceu o Departamento Geral de Armamentos (DGA), responsável por coordenar e supervisionar as aquisições de novos sistemas de armas.

O DGA gerou incentivos à concorrência e à inovação, e recebeu autoridade para implementar regulamentações com o objetivo de garantir que os requisitos do ELP, em termos de capacidades, qualidade e custos, seriam cumpridos pela indústria de defesa (BITZINGER, 2016). Por essa razão, a implementação do DGA foi um ponto de inflexão na abordagem do país diante da inovação no setor de defesa. O sistema de pesquisa, desenvolvimento e aquisições da China, antes conduzido sob as limitações da indústria nacional de defesa, passou a contar com a envergadura e a tecnologia necessárias para atender satisfatoriamente às demandas das forças armadas. A reestruturação da indústria de defesa da China contou com outras iniciativas visando aproximar o setor à dinâmica de mercado. Sob a gestão do DGA, as corporações estatais bélicas foram compartimentalizadas, de maneira que passaram a competir entre si por contratos com o ELP, constringendo-as a operar de modo mais eficiente e tecnologicamente inovador.

Os aumentos verificados no orçamento de defesa são um importante indicador do compromisso da administração central da China com o estabelecimento de capacidades robustas de produção e desenvolvimento de armamentos avançados. Embora análises precisas sejam prejudicadas devido à falta de transparência dos dados oficiais e às divergências verificadas nas estatísticas conforme as fontes consultadas, é possível observar um incremento consistente nos últimos anos. A parcela desses recursos destinada à P&D e à aquisição de equipamentos é, todavia, desconhecida, visto que o país não disponibiliza informações sobre a decomposição detalhada do orçamento de defesa nacional. O gráfico 1 evidencia que mesmo os números mais

conservadores são expressivos, colocando a China no segundo lugar entre os países que mais destinam recursos às forças armadas, depois dos Estados Unidos.

Gráfico 1 – Orçamento de defesa chinês (2008-2017)



Fonte: CSIS (2017).

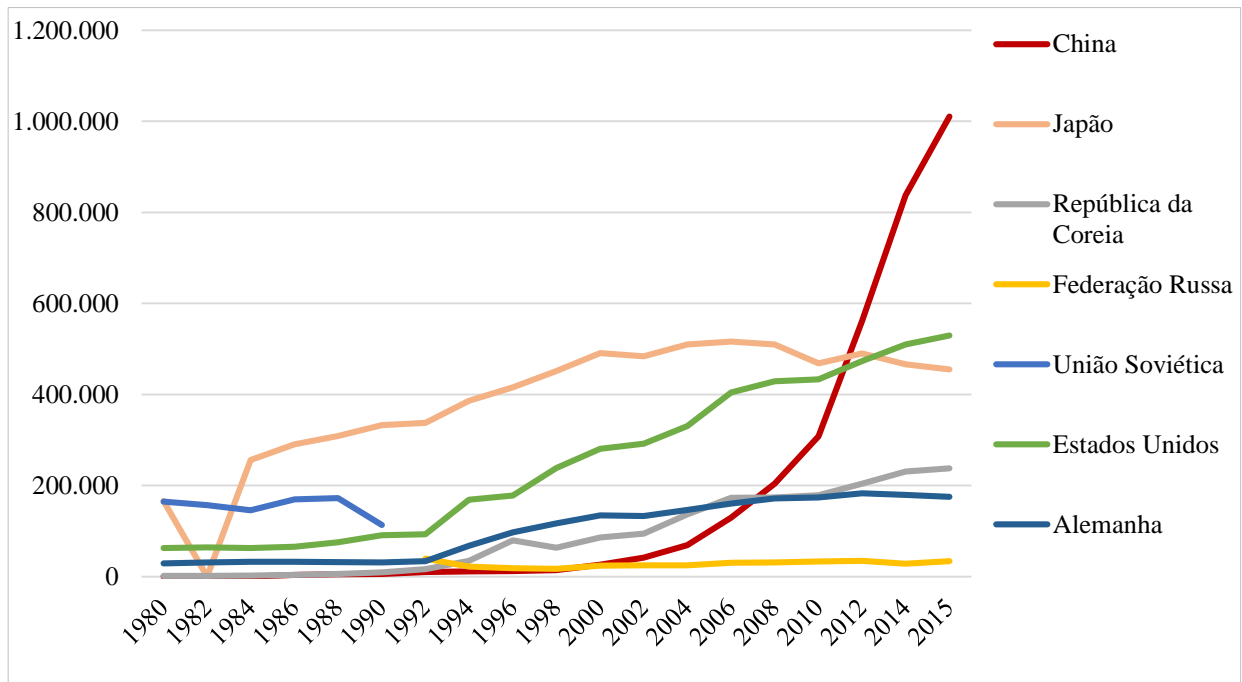
Assim, apesar da importante contribuição das reformas institucionais, do aumento do investimento, do contexto de ameaças mais acentuado e da priorização pelas lideranças, o principal condicionante para os avanços verificados tem sido a capacidade de assimilar o conhecimento obtido sob meios legais ou ilegais, tanto a partir da cooperação técnica internacional para transferência de tecnologia quanto dos processos de engenharia reversa e espionagem industrial (BITZINGER, 2016; CHEUNG, 2016).

A fusão de tecnologia e conhecimento externos com as capacidades domésticas, a fim de promover o desenvolvimento nacional, é uma estratégia de países industrialmente incipientes que buscam realizar a transição de uma indústria de defesa baseada na imitação para uma baseada na inovação. Nesse sentido, observa-se que o modelo enfatizado na China é baseado na identificação, aquisição e absorção de processos e tecnologias estrangeiros, a serem instrumentalizados para atender as demandas domésticas específicas (CHEUNG, 2016). A tecnologia adquirida é inserida na base industrial e tecnológica local, que a assimila e, através dos esforços de P&D, é suficientemente modificada e aperfeiçoada para caracterizar um novo processo, criativo e inovador¹². O Estado desempenha um papel essencial ao conduzir esse

¹² O primeiro caso bem-sucedido da implementação desse ciclo (absorção, assimilação e “re-inovação”), que estabeleceu a estratégia a ser utilizada para os demais setores da indústria de defesa, foi a “re-inovação” do

processo, por meio de investimentos diretos e incentivos fiscais (BITZINGER, 2011; CHEUNG, 2016). A trajetória evolutiva do número total de pedidos de patente procedentes da China representa um indicador importante do desenvolvimento de sua capacidade de inovação, visto que a solicitação de proteção intelectual é feita tanto para uma criação original quanto para o melhoramento de uma invenção.

Gráfico 2 - Quantidade total de patentes requeridas e concedidas, por país de origem (1980-2015)



Fonte: Dados brutos da World Intellectual Property Organization (WIPO). Elaboração própria (2017).

Assim, como os demais países industrialmente incipientes que buscaram se tornar cada vez mais sofisticados em sua capacidade de realizar atividades de imitação avançada, sobretudo sob o fomento aos esforços de P&D, a China observa sua indústria de defesa diminuir o hiato tecnológico em relação a outros países e se concentrar em atividades predominantemente inovadoras, com destaque para a aviação e construção naval. Como registrado no relatório sobre a modernização da MELP, publicado pelo *Office of Naval Intelligence* (ONI), dos Estados Unidos,

Ao final da segunda década dos anos 2000, a produção de superfície da Marinha do ELP migrou para plataformas que usavam projetos inteiramente chineses e que eram equipadas principalmente com armas e sensores chineses – embora alguns subsistemas ainda sejam importados ou produzidos sob licença em território nacional (ONI, 2015).

caça soviético Sukhoi Su-27, assimilado pela indústria chinesa como Shenyang J-11B ao final dos anos 1990 (CHEUNG, 2016; HEGMBOOTHAM, 2015).

Ainda é possível observar consideráveis limitações, como a falta de competitividade, o progresso desigual entre diferentes setores industriais e a insuficiência tecnológica para a produção de componentes mais sofisticados, dos quais se destacam os sistemas de propulsão, importados da Rússia. Além disso, no que tange à revisão, regulamentação e gerenciamento das atividades industriais e, mais especificamente, dos projetos de armamentos, o progresso até o momento é considerado modesto. Por essa razão, buscando melhor adequar o suporte institucional, o GDA foi substituído em 2016 pelo Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos, sob a autoridade da Comissão Militar Central (BITZINGER, 2016).

Não obstante, o comprometimento com a modernização da base industrial apresentou resultados como a queda das importações chinesas de armamentos, de US\$ 3.54 bilhões em 2005 para US\$ 993 milhões em 2016, demonstrando avanços quanto à busca de autossuficiência (SIPRI, 2017). O investimento e a aquisição de tecnologia foram materializados no crescente número de novos sistemas produzidos na China, cujas qualidade e capacidade são cada vez mais comparáveis aos ocidentais, geralmente superiores. Tais sistemas têm sido exibidos em eventos como a parada militar de comemoração aos 70 anos da Vitória na Segunda Guerra Mundial, de setembro de 2015. Nessa oportunidade, novas gerações de armamentos desenvolvidos endogenamente foram oficialmente revelados, incluindo o DF-21D, primeiro míssil balístico disparado a partir de lançadores móveis capaz de acertar um navio-aeródromo em movimento.

3.3 A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR

Para as forças navais, essa transição está no cerne da transformação da estrutura de forças a partir do aprimoramento quantitativo e qualitativo do inventário militar. Os programas de aquisição incluem mísseis balísticos antinavio (ASBMs), submarinos e vasos de superfície, além de melhorias consideráveis em logística, doutrina, recursos humanos, treinamento e exercícios militares (O'ROURKE, 2017). Embora compreenda uma ampla gama de plataformas e sistemas, a reforma da MELP tem sido retratada nos veículos midiáticos a partir da construção de seu primeiro porta-aviões, suscitando questionamentos acerca dos objetivos estratégicos do país a partir da hipótese de que se pretende projetar força como um poder marítimo de alcance global (A LOOK...,2016; CHINA..., 2017b).

Mesmo assim, é possível observar de modo geral uma ênfase no desenvolvimento endógeno de sistemas que, apesar de relativamente menos complexos, são adequados às operações de anti-acesso e negação de área (do inglês, *anti-access/area denial*, ou A2/AD), cujo emprego visaria dissuadir uma intervenção de forças extrarregionais dotadas de tecnologias

superiores. A capacidade de atuar nesse sentido é consistente com os objetivos que têm orientado o esforço de modernização naval da China: gerenciar a situação de Taiwan com o uso da força, se necessário; respaldar as reivindicações territoriais chinesas nos Mares da China Meridional e Oriental; defender suas vias marítimas de comunicação, compreendendo as localizadas no Oceano Índico e no Golfo Pérsico, origem de grande parte das importações de energia da China; e, por fim, afirmar seu status como potência regional e global, minimizando a influência dos EUA (O'ROURKE, 2017).

Reconhecendo-se a dificuldade de derrotar as forças de projeção de poder estadunidenses depois de terem adentrado uma região de conflito e estarem em prontidão para o combate, a abordagem baseada no A2/AD buscaria prevenir sua entrada no teatro de operações. Nessa lógica, um oponente potencial tentaria destruir todas as bases avançadas dos Estados Unidos na região, e prosseguiria tentando impedir que as suas forças marítimas e aéreas pudessem acessar o litoral com suas tropas, por meio de ataques impeditivos (TANGREDI, 2002).

Assim, o emprego de plataformas sob a lógica de A2/AD considera operações defensivas em duas camadas, geograficamente circunscritas à primeira e à segunda cadeias de ilhas. Na primeira, que compreende os Mares da China Meridional e Oriental, predominaria o uso de tecnologias que configuram a negação de área: mísseis balísticos de curto alcance, mísseis de cruzeiro antinavio baseados em terra, minas marinhas, submarinos diesel-elétricos, aviação antinavio de curto alcance e embarcações de diferentes tonelagens, sob o resguardo de defesas antiaéreas de longa distância e da aviação de caça. Até os limites da segunda cadeia de ilhas, sinalizado pela ilha japonesa de Honshu, e pelo contorno das Marianas até a porção oeste da Nova Guiné, atuariam os meios de antiacesso, tais como os submarinos nucleares de ataque, os mísseis balísticos do tipo DF-21D e a aviação antinavio de longa distância (KREPINEVICH, 2010; O'ROURKE, 2017).

Figura 1 – Primeira e segunda cadeias de ilhas



Fonte: Van Tol (2010).

A MELP prioriza missões em seu entorno, onde encontra disputas relacionadas à soberania de recursos marítimos e aos direitos a ela associados. Subsidiariamente, seu programa de modernização tem abordado a capacidade de conduzir missões em águas distantes, como a coleta de inteligência e segurança de linhas marítimas de comunicação, bem como missões não-tradicionais, sobretudo relacionadas ao combate à pirataria e ao tráfico de drogas, à manutenção da paz e às operações de assistência humanitária (O’ROURKE, 2017).

Nesse sentido, o Livro Branco de Defesa da RPC, publicado em 2006, declara que a “Marinha visa à extensão gradual da profundidade estratégica de operações defensivas no mar e ao aperfeiçoamento de suas capacidades em operações marítimas integradas”, demonstrando que à medida que se dispõe dos meios necessários à condução dessa categoria de missões, amplia-se o escopo de atuação da MELP e se enfatiza um papel global. O desenvolvimento de capacidades navais de águas azuis e de suporte logístico, portanto, tem sido percebido especialmente a partir de 2008, quando se intensificaram as operações de combate à pirataria

no Oceano Índico e no Golfo de Aden¹³, assim como a partir da presença sustentada da MELP no Mar Mediterrâneo e na região Ásia-Pacífico, executando treinamentos no Mar das Filipinas (ERICKSON; CARLSON, 2016; ONI, 2015).

Em setembro de 2012, foi comissionado oficialmente o primeiro porta-aviões da China. Juntamente aos submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos (SSBN, na sigla em inglês), aos bombardeiros estratégicos e à posse de bases avançadas, o navio porta-aviões é um componente relevante aos objetivos de projeção de força. Embora não se considere que o *Liaoning* seja plenamente funcional, a ênfase recente da marinha chinesa na aquisição e desenvolvimento endógeno de navios-aeródromos reforça a tendência de maximizar seu alcance operacional e projetar poder ocasionalmente além do seu entorno estratégico. Seu segundo porta-aviões, lançado em abril de 2017, após três anos e meio sob construção, deverá ser comissionado em 2020¹⁴.

A otimização da capacidade expedicionária, por meio do emprego de tais plataformas, contudo, ainda se mostra comedida, diante hesitação da China em assumir os custos políticos e materiais inerentes ao aumento de sua influência em âmbito global. Além disso, a suficiência das capacidades navais de um país é melhor avaliada quando se consideram as missões pretendidas pela sua marinha. Embora a MELP encontre limitações, tais vulnerabilidades podem não comprometer substancialmente certas missões de interesse das lideranças chinesas (O'ROURKE, 2017). Em suma, a MELP atualmente visa à substituição de vasos obsoletos e à modernização da frota, não pretendendo remodelá-la em termos de tamanho e composição necessários para conduzir e sustentar uma projeção de poder de águas azuis a partir de alta tecnologia. Busca, na verdade, a atuação em duas camadas, concentrando sistemas mais sofisticados em seu entorno estratégico imediato; e, em águas distantes, uma capacidade mais limitada.

A flexibilidade demandada pelo novo escopo de missões da marinha tem sido satisfatoriamente atendida pelo inventário naval, tendo em vista que a última década foi pontuada pela aquisição de plataformas multi-missão, de maior tonelagem, equipadas com armas e sensores antinavio, antiaéreos e antissubmarino, capazes de desempenhar suas funções e garantir auto-defesa tanto nos mares próximos quanto nos mares distantes (ONI,

¹³ Foi concluída, em agosto de 2017, a construção da base operacional da MELP no Djibuti, com o propósito de auxiliar tais missões expedicionárias. O chifre da África é um ponto de passagem relevante ao comércio mundial de petróleo, e hospeda também bases dos Estados Unidos, França, Itália, Japão e Espanha (DJIBOUTI..., 2017).

¹⁴ O lançamento se refere ao estágio de construção mais avançado, em que o navio é colocado na água. Diferente, portanto, do comissionamento, quando o navio é oficialmente posto em serviço militar ativo, após um período de testes e correção de possíveis deficiências operacionais.

2015). A maior parte dos projetos atuais de vasos de superfície para a MELP é produzida domesticamente, com subsistemas e componentes de engenharia importados ou produzidos sob licença.

Desde o final da década de 1990, a MELP tem desenhado suas forças de superfície a partir dos contra-torpedeiros russos da classe *Sovremenny*, somando gradualmente novas unidades, progressivamente mais modernas. As dez novas classes – seis de contra-torpedeiros e quatro de fragatas – desenvolvidas em estaleiros chineses não foram produzidas em escala: cada uma contou com apenas uma ou duas unidades, demonstrando o esforço incremental investido no aperfeiçoamento tecnológico, antes do comprometimento com a produção em série (O’ROURKE, 2017; HEGIMBOTHAM *et al.* 2015).

Os modelos *Sovremenny*, denominados *Hangzhou*, são vasos multi-função equipados com mísseis cruzadores e desenvolvidos ao final da era soviética, sobretudo para operações de guerra anti-superfície, defesa aérea e bombardeamento costeiro, podendo ser empregados ainda para guerra antissubmarino. Nesses quesitos, a aquisição dos contra-torpedeiros russos atendeu as necessidades imediatas da MELP diante do desenvolvimento incipiente da construção naval chinesa. Os demais sistemas modernos que compõem suas forças de superfície e seus componentes, no entanto, foram produzidos e equipados com tecnologia chinesa, a partir das contribuições russas na forma de acordos de cooperação técnica e transferência de tecnologia (SCHWARTZ, 2015).

Atualmente, tanto as fragatas da classe *Jiangkai* e os destróieres *Luyang*, bem como o novo cruzador, ainda em construção¹⁵, são considerados modernos e capazes quando comparados sob diversos aspectos com os sistemas ocidentais modernos de defesa aérea e costeira. Em relação aos contra-torpedeiros anteriormente empregados pela MELP, a saber, os *Luda*, em serviço desde 1971, as novas classes de produção endógena indicam uma melhoria substancial no que tange ao desenho do casco, sistemas de propulsão, sensores, armamento e eletrônicos (O’ROURKE, 2017). A substituição de navios obsoletos foi acelerada a partir de 2010, quando se introduziu a construção modular para as classes *Luyang* I e II, cessando-se, aparentemente, as experimentações com aperfeiçoamentos incrementais a cada nova unidade lançada (HEGIMBOTHAM, 2015). A tabela 1 apresenta o total de vasos de superfície de cada

¹⁵ Em junho de 2017, a MELP lançou o primeiro cruzador Tipo 055, o maior navio de combate construído por uma potência asiática desde a Segunda Guerra, com mais de 12.000 tons de deslocamento. O modelo incorpora algumas melhorias de projeto, armamento e alcance em relação à classe anterior, Tipo 052D. Atualmente, quatro unidades estão sendo construídas simultaneamente. Sua adição ao inventário da MELP representa um salto significativo em termos de capacidades, haja sua contribuição para a escolta de grupos de batalha de porta aviões e para a defesa aérea (CHINA..., 2017a).

classe em anos específicos, bem como os mísseis cruzadores antinavio (ASCM) empregados pela MELP, os quais foram igualmente desenvolvidos a partir de versões antigas.

Tabela 1 – Contra-torpedeiros, fragatas e capacidades ASCM (1996-2017)

Classe	IOC	TAB ¹⁶	1996	2003	2010	2017	Armamento	Alcance (km) ASCM
Contra-torpedeiros								
<i>Luda</i> (Tipo 051)	1971	3250	17	16	15	4	YJ-8/C-801 YJ-83/C-802	40 120
<i>Luhu</i> (Tipo 052A)	1994	4600	1	2	2	2	YJ-8/C-801 YJ-83/C-802	40 120
<i>Hangzhou/Sovremenny</i> (Tipo 956)	1999	7940		2	2	2	SS-N-22 <i>Sunburn</i>	240
<i>Luhai</i> (Tipo 051B)	1999	6000		1	1	1	YJ-8/C-801 YJ-83/C-802	40 120
<i>Luyang I</i> (Tipo 052B)	2004	7000			2	2	YJ-83/C-802	120
<i>Luyang II</i> (Tipo 052C)	2004	7000			2	6	YJ-62/C-602	280
<i>Hangzhou/Sovremenny</i> (Tipo 956EM)	2005	7940			2	2	SS-N-22 <i>Sunburn</i>	240
<i>Luzhou</i> (Tipo 051C)	2006	7000			2	2	YJ-62/C-602	120
<i>Luyang III</i> (Tipo 052D)	2013	7500				4	YJ-18	180
Fragatas								
<i>Chengdu</i>			2				Nenhum	
<i>Jianghu</i> (Tipo 053)	1968	1702	33	37	30	17	HY-2/C-201	80
<i>Jiangwei</i> (Tipo 053H)	1991	2250	4	12	14	10	YJ-8/C-801 YJ-83/C-802	40 120
<i>Jiangkai I/II</i> (Tipo 054/Tipo 054A)	2005	3900			8	24	YJ-83/C-802	120

Fonte: adaptado de Hegimbotham *et al.* (2015, p. 181); IISS (2017).

Similarmente, a configuração da frota de submarinos da MELP, com um número reduzido de diferentes classes, sugere que suas necessidades atuais são satisfatoriamente

¹⁶ Tonelagem de arqueação bruta (TAB ou GRT, do inglês Gross Register Tonnage) representa o volume interior total de uma embarcação, expresso em toneladas de arqueação.

atendidas. Dispõe-se de cinco submarinos nucleares de ataque (SSN), quatro submarinos nucleares de mísseis balísticos (SSBN) e 47 submarinos convencionais de ataque (SSK), isto é, que contam com sistema de propulsão a diesel. Além das unidades da classe *Kilo*, adquiridas da Rússia na década de 1990, a MELP possui em serviço outras quatro novas classes de submarinos desenvolvidas endogenamente, as quais indicam ter se beneficiado da tecnologia e do *know-how* incorporados a partir da importação do submarino russo, como para a instalação de recursos de redução da assinatura sonora (O’ROURKE, 2017; DORNELLES JR, 2012).

As classes *Song* e *Yuan* de submarinos convencionais de ataque com capacidade de combate antissubmarino e antinavio são, por sua vez, produzidos em estaleiros chineses. Mais modernos, os submarinos *Yuan* se destacam pelo emprego do sistema de propulsão independente a ar, o qual possibilita um período maior de submersão, de duas a três semanas. Ambos são capazes de lançar mísseis cruzadores de produção chinesa. A maior parte da frota de submarinos da MELP é composta pelos modelos de propulsão a diesel, considerando-se as missões regionais de segurança de linhas marítimas de comunicação (ONI, 2015).

No que tange aos submarinos nucleares de ataque, a classe *Shang* é uma adição valiosa à capacidade da MELP em conduzir guerra anti-superfície, considerando-se inclusive a atuação contra porta-aviões estadunidenses e seus grupos de batalha. Foi projetada a partir de um projeto russo e, segundo especialistas, representa a efetividade dos esforços chineses em reduzir o hiato tecnológico em relação a sistemas semelhantes das marinhas ocidentais. As melhorias mais significativas apresentadas nas últimas unidades lançadas estão no nível de quietude acústica e na capacidade de armamento (O’ROURKE, 2017). Na classe *Jin* de submarinos a propulsão nuclear de mísseis balísticos, também produzida domesticamente a partir da assimilação do conhecimento proveniente da cooperação técnica com a Rússia, observa-se o aperfeiçoamento constante na detectabilidade de ameaças através do sonar, e no desenho e tamanho do casco, à medida que novas unidades são lançadas. Em relação à geração anterior de SSBN, podem carregar mísseis balísticos de alcance três vezes maior (DORNELLES JR, 2012). Capazes de operar a maiores distâncias da costa chinesa, conduzem coleta de inteligência, vigilância e reconhecimento.

Excluindo-se os 12 *Kilos* importados, a produção doméstica de submarinos que entraram em serviço desde 1995 totaliza 44 unidades, uma média de duas por ano. Considerando a vida útil de 30 anos, a tendência é de que as forças navais sejam compostas de cerca de 60 submarinos de tecnologia chinesa até 2020 (O’ROURKE, 2017).

Tabela 2 – Submarinos da MELP e capacidades ASCM e SLBM (1996-2017)

Classe	IOC	TAB	1996	2003	2010	2017	Armamento	Alcance (km) ASCM/SLBM ¹⁷
Submarinos convencionais de ataque (diesel) (SSK)								
<i>Romeo</i> (Tipo 033)	1962	1830	63	35	8	-		
<i>Ming</i> (Tipo 035)	1971	2113	10	19	19	11	8 Tubos de Torpedo (533mm)	
<i>Kilo</i> (877)	1995	2350	2	2	2	2		
<i>Kilo</i> (636)	1997	2350		2	2	2	6 Tubos de Torpedo (533mm)	
<i>Song</i> (Tipo 039)	1999	2250		3	13	12	6 Tubos de Torpedo (533mm); YJ-82 (ASCM)	40
<i>Kilo</i> (636)	2005	2350			8	8	3M54 Klub (SS-N-27 Sizzler) (ASCM); 6 Tubos de Torpedo (533mm)	220
<i>Yuan</i> (Tipo 041)	2006	N/A			2	14	YJ-82 (ASCM)	40
Submarinos nucleares de ataque (SSN)								
<i>Han</i> (Tipo 091)	1980	5500	5	5	4	3	6 Tubos de torpedo (533mm); YJ-82 (ASCM)	40
<i>Shang</i> (Tipo 093)	2006	6000			2	2	6 Tubos de torpedo (533mm); YJ-82 (ASCM)	40
<i>Shang</i> (Tipo 093A)	2016	6000					YJ-82 (ASCM), ou YJ-18 (ASCM)	40 220
Submarinos a propulsão nuclear de mísseis balísticos (SSBN)								
<i>Jin</i> (Tipo 094)						4	Até 12 JL-2 (CSS-NX-14) (SLBM)	8000 ¹⁸

Fonte: adaptado de Hegimbotham *et al.* (2015, p. 181); IISS (2017).

Adicionalmente, outro componente que caracteriza a transformação do perfil de forças da MELP, em conformidade com A2/AD, é o aperfeiçoamento quantitativo e qualitativo do arsenal de mísseis convencionais antinavio, lançados de embarcações, entre outras

¹⁷ Míssil Balístico Lançado de Submarino (SLBM).

¹⁸ Alcance relatado, visto que o míssil se encontra em fase de desenvolvimento para equipar o submarino nuclear Tipo 094. Não há previsão para sua entrada em serviço (IISS, 2017).

plataformas. A tendência de incorporação da alta tecnologia ao modo moderno de fazer a guerra está estreitamente relacionada à aquisição e ao desenvolvimento desses sistemas, sobretudo considerando seu custo unitário reduzido.

De modo geral, os navios de origem russa são equipados com mísseis cruzadores importados, como é o caso dos ASCM SS-N-22 *Sunburn* e dos SS-N-27B *Sizzler*, que não encontram equivalentes no Ocidente em termos de capacidade operacional (GORMLEY; ERICKSON; YUAN, 2014a). O primeiro compõe a gama de armamentos das classes originárias do *Sovremenny* que passarem por um processo de modernização, obtido pela MELP a partir da compra dos contra-torpedeiros da Rússia em 2000. Já os *Sizzler* foram adquiridos em conjunto com submarinos da classe *Kilo*. Tratam-se de mísseis antinavio com alcance de até 240 e 220km, respectivamente, com capacidade de voo terminal supersônico e manobrável, de modo a dificultar a sua interceptação (SCHWARTZ, 2015). Dessa forma, ambos são ativos valiosos diante do sistema de combate empregado pelos navios da Marinha dos Estados Unidos, que fornece cobertura de defesa aérea.

Embora tais sistemas sejam superiores no que tange à performance, considerando-se velocidade, alcance, precisão e penetração, a maioria dos navios da MELP empregam exclusivamente ASCMs produzidos pela indústria nacional, especialmente os YJ-83 e os YJ-62 (SCHWARTZ, 2015).

As novas gerações de ASCMs de fabricação chinesa vêm sendo constantemente aprimoradas a partir dos sistemas importados. O YJ-18, por exemplo, tem sido apontado como cópia do *Sizzler*, dadas as propriedades evasivas na trajetória final. Atualmente, sua plataforma de lançamento permanece o contra-torpedeiro *Luyang III*, mas espera-se que sejam incorporadas também variantes de longo alcance lançadas de submarinos (ONI, 2015). Gradativamente, a MELP busca substituir seus mísseis cruzadores YJ-62 e YJ-83 por sistemas mais modernos e sofisticados, como o YJ-12, adaptado para uma versão lançada de navios sob a nomenclatura de YJ-12A, conforme apresentado em 2015, no desfile comemorativo da vitória na Segunda Guerra Mundial. Há divergências, contudo, acerca das informações referentes ao seu raio de alcance. Segundo Gormley, Erickson e Yuan (2014b), seria possível atingir até 250 quilômetros, enquanto as estimativas de Pradun (2011) apontam a distância máxima de 400 quilômetros, o que conferiria uma considerável vantagem diante dos mísseis homólogos *Harpoon* da Marinha dos EUA, cujo limite é 124km. Excedendo ainda o alcance das contramedidas empregadas pelo sistema Aegis, o emprego do YJ-12 reduziria significativamente o tempo de resposta exigido por grupos navais de batalha inimigos.

O protagonismo nos meios midiáticos tem sido assumido pelos mísseis balísticos convencionais de teatro capazes de atingir alvos em movimento no mar, sendo, portanto, os primeiros do gênero. O DF-21D consiste na variante dotada de veículo de reentrada manobrável¹⁹ e uma combinação de sensores óticos e radares, possibilitando o reajuste de sua trajetória (O'ROURKE, 2017). O alcance de 1.500km oferece a possibilidade de cobertura sobre os mares compreendidos pela segunda cadeia de ilhas. A precisão ampliada do míssil balístico e o emprego contra porta-aviões chamou atenção dos veículos de notícia ocidentais, que o batizaram como “Carrier-Killer”, e atentaram para as implicações que essa inovação traz ao cenário securitário regional (COHEN, 2011).

Semelhantemente, o alcance estendido de até 4.000km do DF-26 torna vulneráveis inclusive as instalações dos Estados Unidos em Guam, o que conferiu ao sistema os epítetos de “Guam Killer” e “Guam Express” (JOHNSON, 2017). Ambos foram expostos na parada militar de 2015, sugerindo que tenham sido testados e que estejam em operação (ERICKSON, 2015). Cabe mencionar a relevância dos mísseis antinavio como armas assimétricas²⁰ que permitem expandir o perímetro marítimo de defesa da MELP, provendo suporte à projeção de poder e reforçando sua capacidade dissuasória, ao mesmo tempo em que oferece a opção de se poupar dos riscos políticos associados ao estabelecimento de grandes e onerosas esquadras de batalha (JOHNSON, 2017).

A demonstração mais contundente do salto dado pela MELP em termos de modernização, todavia, é o desenvolvimento recente no que tange à produção doméstica de sistemas complexos como os navios-aeródromos. O setor de construção naval de defesa chinês se beneficiou extensivamente da assimilação de tecnologia e da experiência de aprendizado derivados da renovação do *Liaoning* (Tipo 001), porta-aviões da classe *Kuznetsov*, importado da Ucrânia em 1998.

Ainda sob a nomeação de *Varyag*, o porta-aviões soviético foi adquirido por um preço favorável, tendo em vista que se encontrava apenas parcialmente construído, embora à época as autoridades chinesas não dispusessem de um plano definido para seu emprego. Assim, somente em 2005 verificou-se a aprovação para o programa. A transformação do modelo é um caso representativo da capacidade de inovação tecnológica e de engenharia da indústria de

¹⁹ Veículo de Reentrada Manobrável (MARV, na sigla em inglês) permite a um míssil atingir vários alvos ao mesmo tempo, devido à capacidade de realizar manobras evasivas para evitar as defesas do alvo, dificultando ou impossibilitando sua interceptação.

²⁰ A assimetria se refere às vantagens táticas, operacionais e estratégicas do emprego de determinados sistemas em relação ao alvo preferencial. Destaca-se que os mísseis antinavio são soluções de baixo custo e alto impacto, capazes de comprometer severamente a efetividade de grupos de batalha de porta-aviões, orçados em dezenas de bilhões de dólares.

defesa do país. De acordo com Cheung (2016), os principais desafios estiveram no reparo de componentes oxidados e do motor principal, que foi mantido, a despeito da substituição de algumas peças. O sistema de propulsão convencional, composto de turbinas a gás e motores diesel, no entanto, foi eventualmente reconstruído a partir deste motor original. Comissionado em setembro de 2012, o *Liaoning* foi o primeiro porta-aviões a entrar sob serviço da MELP. A embarcação conta com um deslocamento estimado de 60 mil tons e pode acomodar aproximadamente 30 aeronaves, tanto de asas fixas quanto rotores (O'ROURKE, 2017).

Considerando-se os próximos projetos de desenvolvimento doméstico de navios-aeródromos e de alcance global, seu emprego desempenha uma função importante também para o treinamento da força naval chinesa, permitindo que se obtenha considerável grau de familiaridade com operações de grupos de batalha e com a integração com a força aérea.

O segundo porta-aviões chinês, *Shandong* (Tipo 001A), construído integralmente em estaleiros chineses com base no desenho do *Liaoning*, foi lançado em abril de 2017. Atualmente, a China desenvolve seu terceiro porta-aviões, provisoriamente referido como Tipo 002. Espera-se que sejam incorporadas melhorias como a decolagem assistida por catapulta, cujo emprego possibilitaria o lançamento e aterrissagem de aeronaves maiores e com capacidade de armamento superior, em comparação com o sistema do tipo “ski-jump”, no qual as aeronaves aceleram pelo convés e decolam com a ajuda de uma rampa. As estimativas acerca dos futuros projetos indicam uma frota de seis porta-aviões, que colocaria a China atrás apenas dos Estados Unidos, que no presente operam 10 embarcações deste tipo (STRATFOR, 2017). As características mais detalhadas dos programas ainda são mantidas em segredo pelo governo chinês.

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

À luz das experiências que moldaram suas diretrizes doutrinárias, a RPC pôde empregar os recursos disponibilizados pela prosperidade da trajetória econômica recente em favor de seus objetivos estratégicos. Procurando atender às demandas tecnológicas da realidade atual sem renunciar às heranças históricas do país, o desenvolvimento de sistemas assimétricos de combate, inovadores também no modo como são empregados, tem sido o fio condutor tanto da consolidação da base industrial de defesa quanto da modernização das forças armadas.

Nessa lógica, o segmento de construção naval e de mísseis embarcados ilustram o esforço de transição de uma economia baseada na imitação para uma economia com capacidade plena de empreender projetos originais, tendo-se beneficiado de meios legais e extralegais de

aquisição de conhecimento técnico a partir de parcerias internacionais. Como resultado, o inventário da MELP tem sido constantemente aprimorado em conformidade com as ambições de uma China mais assertiva no âmbito regional, influenciada pelo leque de possibilidades de sua ascensão política e econômica.

Sob a ótica do controle do mar, as camadas defensivas postas por minas aquáticas, embarcações e mísseis antinavio elevam significativamente os riscos de adentrar a primeira e, em menor grau, a segunda cadeia de ilhas. Embora seja inversamente proporcional à distância da costa, em decorrência da diminuição de sobreposição dos sistemas de A2/AD, a cobertura defensiva é suficiente para exercer pressão sobre Taiwan, a fim de dissuadir uma declaração de independência. O alcance e capacidade operacional dos sistemas empregados, por sua vez, podem não ser satisfatórios para restringir a liberdade de navegação nos mares próximos, garantindo maior segurança as suas rotas de importações e exportações, ou prevenir intervenções externas em um cenário de conflito local.

No que tange à projeção de poder, a presença global é respaldada pelo progresso da indústria naval doméstica, a partir da produção e comissionamento de sistemas complexos como navios-aeródromo. O suporte a missões expedicionárias relacionadas à assistência humanitária e a operações de segurança marítima contribui para ampliar a influência política da China no contexto da campanha de construção de uma imagem de grande potência mundial (O'ROURKE, 2017). Além disso, os rearranjos institucionais e os investimentos que se fizeram necessários à atualização da MELP são fatores promotores do processo de transição chinesa, de uma economia baseada na imitação para uma baseada na inovação.

Nas próximas seções, discutem-se os desdobramentos da posse de tais sistemas e da alteração da distribuição de poder naval em favor da RPC. Nesse sentido, aumentam os riscos de ocorrerem interpretações equivocadas quanto às intenções chinesas frente aos demais países (JOHNSON, 2017). Por esses motivos, serão explorados os recentes pontos de atrito na Ásia-Pacífico, os quais sinalizam um cenário regional mais agressivo e desafiador, estimulando, assim, incrementos no orçamentos de defesa e nos inventários navais.

4 RESPOSTAS NA REGIÃO

As transformações verificadas nas forças armadas chinesas, sobretudo no que tange à esfera marítima, têm imposto desafios tanto para os Estados Unidos quanto para seus principais aliados na Ásia-Pacífico. De acordo com publicações oficiais, Japão e Coreia do Sul compartilham preocupações acerca do desenvolvimento de capacidades militares chinesas específicas, estimulando seus próprios programas de modernização. Considerando-se as prioridades estratégicas e o tamanho relativo de suas marinhas, o desdobramento das tendências das modernizações militares desses países sobre as relações bilaterais com a China, se mal administradas, tem potencial de gerar a desestabilização da região e conflitos interestatais (HUGHES, 2012).

Desse modo, a presente seção procurará analisar o cenário em questão sob as dimensões política e material, considerando tanto as percepções diante da modernização da MELP e da postura chinesa, quanto a relação dos padrões de aquisição recentes, das atividades militares e das estruturas de forças das principais marinhas da região com a expansão chinesa, a partir do conceito de poder naval. Destacar-se-ão tais aspectos no que se refere à interação com os Estados Unidos em uma posição de potência declinante.

Buscando verificar o grau de adequação da dinâmica securitária na Ásia-Pacífico à definição de corrida armamentista, Till (2012) identifica características comuns às relações pontuadas pela aquisição acelerada de armamentos em um contexto de competição entre dois ou mais países. Nesse sentido, é apontado que: os imperativos são internacionais em detrimento de determinantes domésticos; é geralmente uma dinâmica bilateral; é intensa em termos de esforço, rapidez e expressão; é associada a tensões políticas; é operacionalmente específica; e indica apostas estratégicas de grande importância para os envolvidos. A corrida armamentista é entendida como efeito observável do dilema da segurança, paradoxo frequentemente reconhecido em questões estratégicas.

Chama-se de dilema de segurança a concepção de que, quando um Estado procura incrementar sua segurança através da reorganização de seus arranjos de defesa ou pelo fortalecimento de suas forças armadas, pode, ao contrário, acabar por diminuí-la. Isto porque, na ausência de um entendimento diplomático, poder-se-ia suscitar, principalmente em seus vizinhos, o temor de que essa reorganização ou este fortalecimento tenham fins agressivos. Inseguros sobre os propósitos destas ações, outros Estados tenderiam a responder com o incremento de suas próprias capacidades, diminuindo, desta forma, a segurança de todos (PROENÇA JR; DINIZ, 2001, p. 356).

Contudo, como argumentado por Proença Jr. e Diniz (2001), deve-se destacar as limitações de ambos os conceitos em termos de poder explicativo. Embora os padrões de

aquisição de armamentos seja um indicativo expressivo para avaliar a estabilidade das relações interestatais, a mera posse de capacidades não é suficiente para determinar que haja, de fato, ameaça de guerra. Sob esse aspecto, deve-se ressaltar inclusive que o poder de uma marinha é relativo, podendo ser avaliado apenas tomando em consideração o leque de demandas operacionais específicas de seus objetivos e compromissos. Não há, portanto, uma métrica exata de comparação da distribuição de poder naval entre os Estados (TILL, 2012; O'ROURKE, 2010).

Dessa forma, o fator subjetivo das intenções, reais ou percebidas, de empregar as capacidades adquiridas contra outros Estados na busca ou na defesa de seus próprios objetivos estratégicos é diferencial na condução desta análise. Embora representativos, os programas de aquisições são relativamente menos pertinentes quando se considera a finalidade que as determinou. No caso do desenvolvimento das marinhas da região, assinalam-se as disputas no MCO, as quais se intensificaram a partir de 2012, apesar do estreitamento dos laços econômicos entre as potências locais (TILL, 2012). É possível observar que os objetivos que promoveram a modernização das forças da MELP podem gerar tensões na região, tendo em vista que as reivindicações chinesas, tanto no MCM quanto no MCO, se sobrepõem às de outros países que igualmente dependem do acesso irrestrito das vias marítimas.

Figura 2 – Reivindicações territoriais no Mar da China Meridional



Fonte: Voice of America (2012).

A região que caracteriza o MCM é o eixo pelo qual transita um terço do volume global de comércio marítimo. O encontro das rotas marítimas ocorre no Estreito de Málaca, localizado entre a Malásia e a Ilha de Sumatra, que conecta o MCM ao Oceano Pacífico e ao Índico, e cerca de 80% das importações de petróleo da China percorreram a passagem no ano de 2016 (FRIEDMAN, 2017). Além da importância econômica, o MCM constitui um perímetro defensivo para as cidades costeiras, e carrega raízes históricas de pertencimento que enrijecem as reivindicações por parte da China, sobretudo considerando a prerrogativa de conduzir atividades de patrulha marítima e extração de recursos naturais.

A importância estratégica das ilhas e recifes que compõem o arquipélago das Spratly, especificamente, recai sobre a viabilidade de as instrumentalizar como ativos militares, assistindo a projeção de poder sobre países vizinhos e sobre o Estreito de Malaca. A instalação de pontos de guarnição reduz significativamente as linhas de suprimento, possibilitando patrulhas mais frequentes pela MELP e, portanto, maior consciência do domínio. Vantagens

adicionais estão na combinação com as bases existentes nas Ilhas Paracel, dando à China a capacidade de fornecer cobertura aérea sobre toda a “linha das nove raias”²¹. Na posse suficiente de ativos bem localizados, além de rivais relutantes em escalar tensões para confrontos abertos, a China poderá exercer efetivamente o controle do mar nas áreas circundantes às Spratly (SOUTH..., 2016).

Nesse sentido, desde 2012 se observam movimentações chinesas relacionadas ao estabelecimento de ilhas artificiais, visando à expansão da Zona Econômica Exclusiva, e à militarização gradual de ilhas e recifes. Aeronaves civis fizeram os primeiros pousos no Recife Fiery Cross, levantando a hipótese de que os próximos passos serão pousos de aviões de vigilância, da guarda costeira, de transporte militar ou, ainda, caças. Nos próximos anos, a natureza exata do aparato militar implantado nas ilhas artificiais será um indicador chave das intenções da China (SOUTH..., 2016). Tais ações são alvo de preocupação de que a China busca, de fato, dominar ou obter controle dos mares próximos, de modo que essa abordagem tem sido caracterizada como “*salami-slicing*”²².

Dessa forma, a regulação de atividades militares e a posição de Beijing influenciam as relações com os países vizinhos, devido a incidentes envolvendo aviões e navios em águas internacionais e no espaço aéreo próximo à China. Há, ainda, o fator político relacionado à ascensão do país no que concerne aos Estados Unidos, incentivando a presença competitiva das forças navais na região. Nesse sentido, o balanço de poder Estados Unidos-China pode influenciar ainda as decisões de alinhamento e políticas de defesa dos países da Ásia-Pacífico (O’ROURKE, 2017).

Nesse cenário, análises constatam um ímpeto acelerado de aquisições de navios de maneira sem precedentes (EAGLEN; RODENBACK, 2010; BITZINGER, 2011b; TILL, 2012). À medida que o crescimento econômico amplia orçamentos de defesa, as forças navais demandam uma parcela maior de recursos, materializados na compra e modernização de plataformas, como mísseis cruzadores antinavio, submarinos e capacidades antissubmarinos. De modo geral, essa tendência reflete o desejo dos países asiáticos de proteger suas riquezas recentemente adquiridas e interesses econômicos no longo prazo. Grande parte da Ásia é dependente de vias marítimas para manter suas economias, orientadas para exportação, de modo

²¹ Em inglês, “nine dash line”. Refere-se à linha demarcatória usada pela China para suas reivindicações da maior parte do mar da China Meridional. A área disputada inclui as Ilhas Paracel, Ilhas Spratly e várias outras regiões, incluindo as Ilhas Dongsha, Ilhas Zhongsha e Ilha Huangyan. A reivindicação abrange a área de aterramento marítimo chinês conhecido como a “Grande Muralha de Areia”.

²² Refere-se à estratégia de reduzir uma ação ilícita em várias pequenas ações para evadir a responsabilização legal, quando nenhuma das ações, tomadas isoladamente, constitui uma medida ilícita.

que o reconhecimento da importância do poder do mar e da garantia de acesso irrestrito a tais rotas têm conduzido uma expansão naval geral em toda a região (MIZOKAMI, 2013).

Em relação aos Estados Unidos, deve-se enfatizar os efeitos potencialmente desestabilizadores da mudança na distribuição de poder sobre sua abordagem para a região e, conseqüentemente, sobre a continuidade de seu papel como principal garantidor da segurança regional. Além disso, sob a Teoria da Transição de Poder, é possível inferir de que maneira se dará a passagem da China à condição de potência dominante no sistema internacional, diante do declínio relativo dos EUA (ROSS; FENG, 2014).

4.1 JAPÃO

A preocupação das autoridades japonesas está associada à percepção de que, no bojo de sua ascensão como potência militar, a China tem deixado de priorizar a mera negação de acesso ao seu entorno estratégico e a contenção dos esforços taiwaneses de independência. Em vez disso, estaria favorecendo a busca de longo prazo pelo objetivo de projetar de poder além do território imediato e controlar a área compreendida pela primeira cadeia de ilhas. Tais ambições incluem, como mencionado, a asserção de interesses por recursos e territórios no MCM, no MCO, e sobre as linhas marítimas de comunicação desde a Ásia-Pacífico até o Golfo Pérsico. O envio frequente de navios com o propósito de conduzir pesquisas e de vasos da MELP para a zona contígua²³ e mares próximos do Japão, próximo às Ilhas Senkaku/Diaoyu, têm alimentado o receio acerca da expansão da área de operações marítimas da China (HUGHES, 2012; TATSUMI, 2016).

No Programa de Diretrizes de Defesa Nacional (PDDN) para 2014, o contexto securitário do Japão descrito indica a mudança na balança internacional de poder em favor de países como a China e a Índia, como resultado do desenvolvimento recente de suas capacidades. Especificamente no domínio marítimo, o documento sinaliza a asserção unilateral de direitos de soberania que infringem a liberdade de navegação em alto mar, em referência aos pontos de tensão envolvendo a MELP nos Mares da China Meridional e Oriental. Diante do aumento do orçamento de defesa chinês e da modernização de suas forças armadas, a falta de transparência

²³ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, determina que a zona contígua é uma área de até doze milhas náuticas que o Estado costeiro pode manter sob seu controle, adicionalmente às doze milhas do mar territorial, para o propósito de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração, sanitários ou de outra natureza no seu território ou mar territorial. O documento da convenção também determina que a Zona Econômica Exclusiva consiste em uma faixa de água que começa no limite exterior do mar territorial de um Estado costeiro e termina a uma distância de 200 milhas náuticas (370 quilômetros) do litoral (exceto se o limite exterior for mais próximo de outro Estado) na qual o Estado costeiro dispõe de direitos especiais sobre a exploração e uso de recursos marinhos (ONU, 1982).

quanto aos seus objetivos e a postura do país têm suscitado uma clara preocupação nas autoridades japonesas quanto à segurança regional e global (JAPAN, 2013).

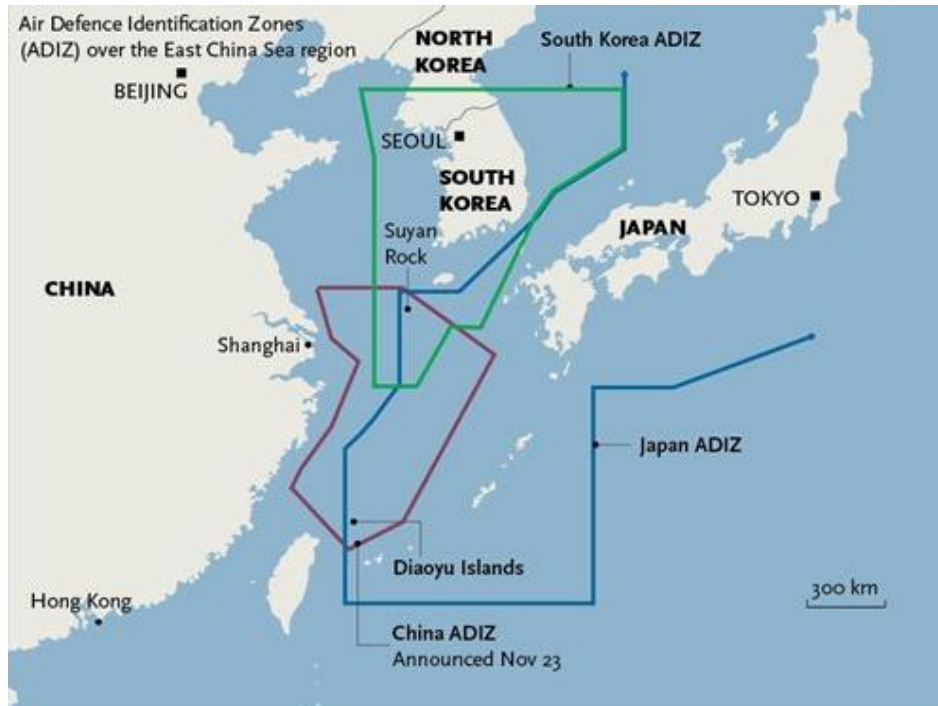
[A] China tem tomado ações assertivas em relação aos conflitos de interesse no domínio marítimo, como exemplificado por suas tentativas de mudar o status quo por meio de coerção. No que tange aos mares e espaço aéreo em torno do Japão, a China tem invadido águas territoriais japonesas frequentemente, violado o espaço aéreo japonês e se lançado em atividades inseguras que poderiam causar situações imprevisíveis, como a declaração do estabelecimento de uma “Zona de Identificação de Defesa Aérea” [...] A China também está expandindo e intensificando suas atividades nos domínios marítimo e aéreo mais distante do que verificado anteriormente. Por exemplo, os navios e aviões militares chineses adentram regularmente no Oceano Pacífico e estão expandindo suas áreas operacionais, as quais incluem áreas ao norte do Japão (JAPAN, 2014, p.4, tradução nossa²⁴).

Semelhantemente aos movimentos recentes no MCM, a China anunciou o estabelecimento de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA)²⁵ sobre o MCO em novembro de 2013, sem a prévia consulta formal de outros países, alertando para o uso da força contra aeronaves que não seguissem as diretrizes da ZIDA (RINEHART; ELIAS, 2015). Sobrepondo-se às ZIDA da Coreia do Sul e do Japão, a área compreende as Ilhas Senkaku/Diaoyu, que são controladas pela administração japonesa e objeto de disputa com a China, tornando a iniciativa controversa. A importância do arquipélago está relacionada à posição geográfica, adjacente às SLOCs de maior circulação, bem como aos direitos de pesca e outros recursos marítimos potencialmente lucrativos que podem ser encontrados em suas dependências, como petróleo e gás natural (BITZINGER, 2011b). Outro ponto de divergência concerne as reivindicações das Zonas Econômicas Exclusivas japonesas e chinesas, as quais implicam a posse de recursos naturais e encontram pontos de conflito em sua extensão.

²⁴ Do original: “[...] China has taken assertive actions with regard to issues of conflicts of interest in the maritime domain, as exemplified by its attempts to change the status quo by coercion. As for the seas and airspace around Japan, China has intruded into Japanese territorial waters frequently and violated Japan’s airspace, and has engaged in dangerous activities that could cause unexpected situations, such as its announcement of establishing an “Air Defense Identification Zone” [...] China is also expanding and intensifying its activities in the maritime and aerial domains farther offshore than before. For example, Chinese military vessels and aircraft routinely enter the Pacific Ocean, and are expanding their operational areas which include areas north of Japan”.

²⁵ ZIDA se refere à “área do espaço aéreo sobre terra ou água, dentro da qual a pronta identificação, a posição e o controle da aeronave são requeridas no interesse da segurança nacional” (EMBRAER, 2001).

Figura 3 – Zonas de Identificação de Defesa Aérea no Mar do Leste da China



Fonte: Park (2013).

Além disso, o desenvolvimento de sistemas específicos tem o potencial de dificultar consideravelmente o tradicional papel defensivo da marinha japonesa na tarefa de manter as águas circundantes livres de ameaças submarinas, de modo a permitir a projeção de poder da Sétima Frota dos Estados Unidos. É o caso dos mísseis balísticos e submarinos de ataque, bem como outras plataformas que visam impedir acesso, e da introdução de capacidades marítimas de águas azuis. Efetivamente operados, podem aumentar a níveis impeditivos os custos de uma intervenção dos EUA em um cenário de conflito sino-japonês. Embora ainda sejam tecnologicamente inferiores aos estadunidenses, os porta-aviões chineses também são vistos como sinal de determinação da busca pela maximização de poder na região (HUGHES, 2012).

Gronning (2014) verifica que a postura defensiva do Japão diante da China pode ser mais claramente observada a partir de 2010, baseado em análises das políticas de defesa do país. Seu argumento é de que a percepção de uma conduta chinesa agressiva, sobretudo na esfera naval, e a alteração da distribuição de capacidades militares e econômicas em favor da China são fatores que, somados, constituem condições necessárias e suficientes para explicar a resposta japonesa na forma de contrabalanceamento tradicional (GRONNING, 2014; HUGHES, 2012). Nesse sentido, o autor sublinha o abandono formal do conceito de Força Básica de Defesa (FBD) em favor do conceito de Força de Defesa Dinâmica (FDD), em resposta à “expansão oportunista da China” sobre o MCO. A FBD havia sido introduzida em 1976, e era

caracterizada pela abordagem branda a desafios securitários, buscando um nível de capacidades militares suficiente para responder a ofensivas de pequena grandeza. Essa doutrina foi revisada e substituída com a implementação da FDD, cuja ênfase em uma dissuasão crível incide sobre os princípios de “prontidão, mobilidade, flexibilidade, sustentabilidade e versatilidade”, executados pela tecnologia militar avançada e capacidades de inteligência (JAPAN, 2010, p. 7). Tendo em vista que as principais preocupações japonesas no que tange à China se relacionam à segurança marítima, as mudanças mais significativas em seu perfil de forças se verificam nas capacidades navais, muitas das quais procuram responder às estratégias de negação de área e às ambições de operar efetivamente em águas azuis.

Tal tendência foi materializada no orçamento de defesa japonês nos anos fiscais de 2013-2014, experimentando um aumento pela primeira vez em pouco mais de uma década, de modo a sustentar a expansão das atividades operacionais das Forças Marítimas de Auto-Defesa (FMAD), sob o conceito de FDD (JAPAN, 2017). Embora modestos, os recursos destinados ao Ministério da Defesa se tornaram mais consistentes – entre 1% e 2% do PIB desde 2013 –, rompendo firmemente com o padrão de orçamentos estagnados da década anterior. Para 2017, solicitou-se um aumento de 2,3%, a maior despesa anual de defesa do pós-guerra. Desde então, a marinha japonesa tem ampliado sua presença inclusive no MCM, em suporte às reivindicações das Filipinas e do Vietnã ante às chinesas (IISS, 2017).

Diante do quadro de aumento das capacidades de projeção de poder naval da China sobre a Ásia-Pacífico, é interessante observar ainda o grau de conformidade da FDD com o conceito operacional estadunidense de Batalha Aeronaval (*Air-Sea Battle* - ASB), arquitetado para responder à emergência das capacidades A2/AD chinesas na região (GRONNING, 2014).

O planejamento de aquisições visando a obtenção de supremacia marítima na defesa das águas circundantes do Japão e da segurança do tráfego marítimo, portanto, prioriza sistemas para a condução de operações antissubmarino (JAPAN, 2013). A frota deverá ser reforçada a partir de novos destróieres equipados com o sistema Aegis²⁶, a serem adicionados aos seis atualmente em serviço. Embora a ameaça mais evidente, como sustentado pelas autoridades japonesas, seja o programa missilístico norte-coreano, o sistema Aegis de defesa de mísseis balísticos deve ser empregado de modo semelhante diante da China, considerando-se o crescente inventário de mísseis balísticos de médio alcance (SRBMs), e mísseis antinavio (ASCMs), capazes de atingir grande parte do território japonês (GRONNING, 2014). Tendo em

²⁶ Aegis consiste em um sistema avançado de comando e controle de armamentos que equipa os navios da Marinha dos EUA e de seus parceiros militares. A tecnologia de sensores e radares é capaz de identificar os alvos inimigos e guiar mísseis para neutralizá-los.

vista que as atividades da MELP no MCM funcionaram como estímulo inclusive para as forças terrestres japonesas, planos de aquisição de mísseis antinavio baseados em terra também foram anunciados. A alocação desses mísseis poderia, em tese, proteger as ilhas a sul do país e os estreitos próximos de Taiwan sob uma situação de conflito, restringindo os movimentos da marinha chinesa (IISS, 2017).

O Programa de Defesa de Médio Prazo (2014-2018) prevê a introdução contínua de varredores de minas aquáticas, aeronaves anfíbias de resgate e contra-torpedeiros (JAPAN, 2013a). Foram orçados ainda porta-helicópteros e a expansão da esquadra de submarinos, cuja principal função é a condução de guerra antissubmarino (IISS, 2017).

Tabela 3 – Organização e equipamentos primários das Forças Marítimas de AutoDefesa

Classe	IOC	TAB	1996	2003	2010	2017	Armamento	Alcance (km) ASCM
Submarinos convencionais de ataque								
<i>Harushio</i> (<i>treinamento</i>)	1990	2450- 3200	6	6	4	1	6 Tubos de Torpedo (533mm); ASCM UGM-84C <i>Harpoon</i>	120
<i>Oyashio</i> (<i>treinamento</i>)	1998	2750- 4000				1	6 Tubos de Torpedo (533mm); ASCM UGM-84C <i>Harpoon</i>	120
<i>Oyashio</i>	1998	2750- 4000		6	11	10	6 Tubos de Torpedo (533mm); ASCM UGM-84C <i>Harpoon</i>	120
<i>Soryu</i>	2009	2900			1	7	6 Tubos de Torpedo (533mm); ASCM UGM-84C <i>Harpoon</i>	120
Cruzadores								
<i>Atago</i>	2007	7700			2	2	ASCM SSM-1B SAM/ASROC SM-2 MR	150 74-167
Contratorpedeiros								
<i>Asagiri</i>	1986	3500	8	6	6	8	ASCM RGM-84C <i>Harpoon</i> SAM <i>Sea Sparrow</i>	120 19
<i>Akizuki</i>	2012	5000				4	ASCM SSM-1B SAM ESSM/ASROC	150 50

<i>Murasame</i>	1996	4550	1	9	9	9	ASCM SSM-1B SAM ESSM	150 50
<i>Takanami</i>	2003	4725		4	5	5	ASCM SSM-1B SAM/ASROC RIM- 7M/ESSM	150 50
<i>Hatakaze</i>	1986	4674	2	2	2	2	ASCM RGM-84C <i>Harpoon</i> SAM SM-1 MR	120 50
<i>Kongou</i>	1993	7500	3	4	4	4	Plataforma Aegis ASCM RGM-84C <i>Harpoon</i> SAM/ASROC SM-2/3	120 64-167
<i>Shirane</i>	1980	5283	2	2	2	1	SAM RIM-7M <i>Sea Sparrow</i>	50
Fragatas								
<i>Hatsuyuki</i>	1982	3099	12	11	11	3	ASCM RGM-84C <i>Harpoon</i> SAM RIM-7F/M <i>Sea Sparrow</i>	120 50
<i>Abukuma</i>	1989	2000	6	6	6	6	ASCM RGM-84C <i>Harpoon</i>	120
Navios-aeródromo porata helicópteros								
<i>Hyuga</i>	2009	13950			1	2	SAM ASROC/RIM-162	50
<i>Izumo</i>	2015	19500				1	SAM RIM-116	9

Fonte: Military Balance (2017).

O Japão buscou, em grande medida, abordar a questão a partir da renovação de capacidades militares específicas em conformidade com os avanços e as atividades recentes da MELP. Verifica-se o descomissionamento gradual das classes que não se adequam plenamente aos objetivos apontados pela política de defesa. A FMAD procurou desacelerar qualquer movimento no equilíbrio do poder naval a favor da China ao investir em seu inventário de vasos de superfície e mísseis embarcados, como pode ser observado na ênfase dada ao combate aos submarinos, elemento central do A2/AD chinês. Além das baterias equipadas em aeronaves, o Japão mantém interceptadores SM-3 em seis de seus contra-torpedeiros, sob o sistema Aegis. As forças armadas japonesas atualmente empregam, depois dos EUA, as capacidades antimísseis mais sofisticadas da Ásia-Pacífico.

Em adição à congruência com os conceitos operacionais que permeiam a abordagem dos Estados Unidos ao Pacífico, as diretrizes oficiais japonesas conferem importância ao aprofundamento do quadro de cooperação e parceria estratégica com os Estados Unidos diante dos desafios postos pelo contexto securitário (JAPAN, 2010). As capacidades operacionais bilaterais foram revisadas e fortalecidas desde 2011, ampliando a presença militar de ambos sob as diretrizes do rebalanceamento dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico.

Apesar dos constrangimentos fiscais ao orçamento de defesa e às aquisições, a frota japonesa deve ser ampliada nos próximos anos com o comissionamento de novos submarinos da classe *Soryu*, e de uma unidade adicional do porta-helicópteros *Izumo*. Também estão previstas versões modernizadas das classes de cruzadores *Atago* e de contra-torpedeiros *Akizuki*, sob o nome de *Asahi* (IISS, 2017). Ambos serão reequipados com radares, sensores e sistemas de armas mais potentes e precisos, enquanto apenas os *Atago* contarão com o sistema de combate Aegis.

4.2 COREIA DO SUL

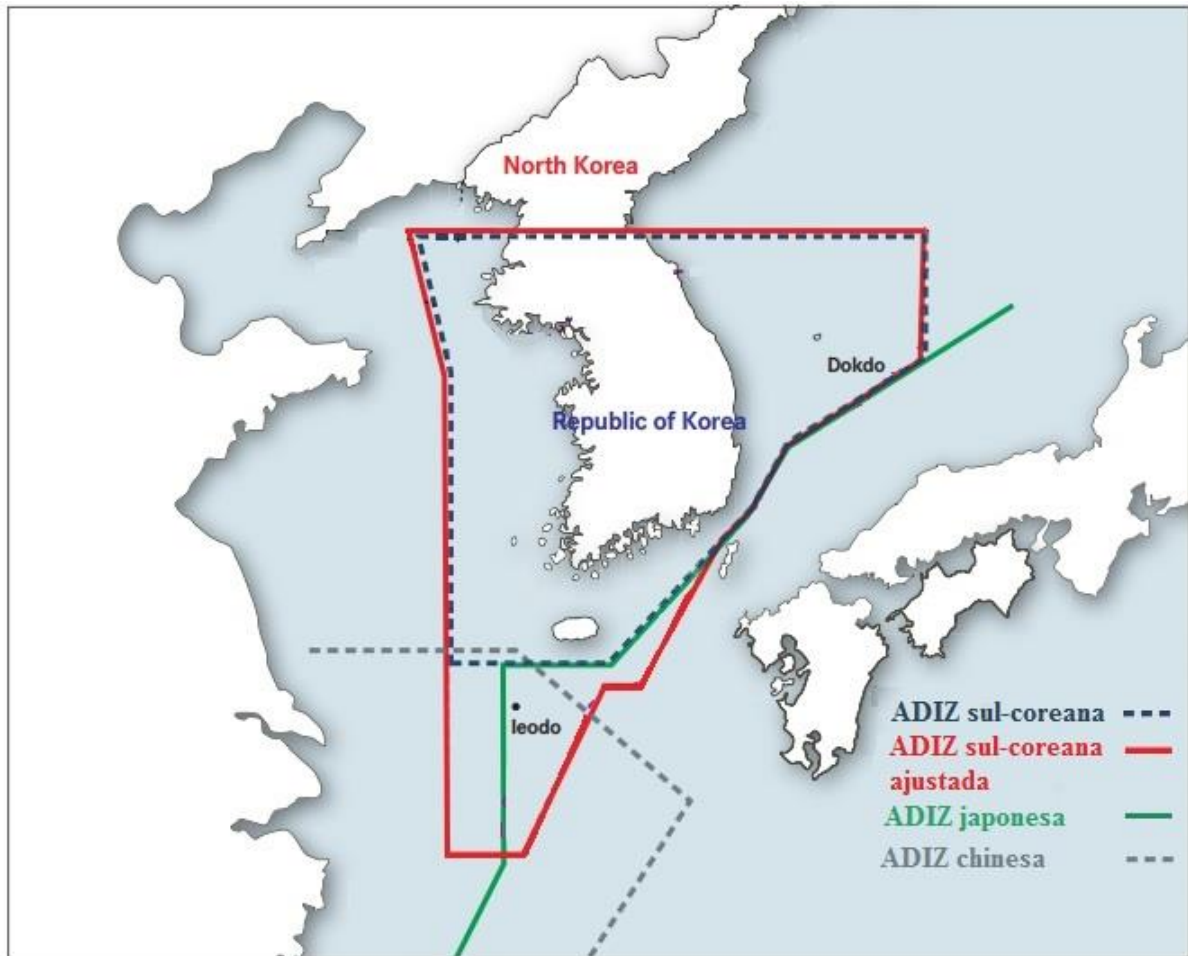
As reações desencadeadas pela expansão naval chinesa sobre as prioridades estratégicas da República da Coreia (RDC) são mais brandas quando tomadas em contraste com o caso japonês. Nesse sentido, deve-se considerar a peculiaridade das questões relacionadas à segurança nacional na península coreana, de forma que a Coreia do Norte se mantém como a fonte das preocupações imediatas (HUGHES, 2012). Não obstante, as autoridades sul-coreanas têm percebido a necessidade de prever e abordar militarmente as modificações do cenário regional associadas à ascensão chinesa.

Proposta em 2006 pelo presidente Roh Moo-hyun, a Reforma de Defesa 2020 estabelece o planejamento de longo prazo para as forças armadas sul-coreanas, e indica de que modo a China deve influenciar os cálculos estratégicos do país nos próximos anos. Como variável interveniente nas relações com a Coreia do Norte, a China poderia atuar na eventualidade de uma conflagração sobre a fronteira coreana, ou interferir indiretamente ao negar acesso ao entorno marítimo, mitigando esforços estadunidenses de suporte bélico, bem como restringindo acesso às SLOCs sul-coreanas (BENNET, 2006). Por outro lado, cenários que não necessariamente incluem a Coreia do Norte têm sido considerados recentemente, relacionados diretamente à ampliação da MELP em termos materiais e operacionais. É o caso das disputas marítimas sobre pequenas ilhas no Mar Amarelo e sobre vias de comunicação relevantes ao transporte de combustíveis.

Diante do estabelecimento da controversa Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA) pela China, o governo sul-coreano procedeu com a expansão de seu próprio perímetro de defesa, incluindo, assim como a China, o Rochedo de Socotra. O arrecife é conhecido por Jeodo na Coreia do Sul e, como formação física submersa, não é passível de ser reivindicada legalmente por nenhum país, embora esteja compreendida pelas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) chinesa e sul-coreana²⁷. Além de estar localizada em uma zona de intenso fluxo marítimo, cientistas apontam a possibilidade de serem encontrados depósitos minerais e gás natural. Considerando a importância do fornecimento energético sob a forma de importações, a Coreia do Sul construiu uma estação de pesquisa e um heliporto sobre a rocha submersa, além de iniciar obras para o estabelecimento de uma base naval próxima (REPUBLIC OF KOREA, 2016). O Livro Branco de Defesa Nacional de 2016 reforça a questão do desenvolvimento naval e aéreo da RPC sob a ótica dos episódios de atrito envolvendo atividades pesqueiras ilegais em águas territoriais sul-coreanas, nos quais instâncias diplomáticas foram frequentemente acionadas (REPUBLIC OF KOREA, 2016).

²⁷ O Rochedo de Socotra está incluso ainda na ZIDA japonesa, mas o país não o reivindica.

Figura 3 – Zona de Identificação de Defesa Aérea sul-coreana após ajuste



Fonte: Adaptado de Republic of Korea (2016).

Enquanto o Japão busca expandir suas capacidades de projeção de poder através de atividades de cooperação e interoperabilidade com os Estados Unidos, a República da Coreia conta com uma abordagem mais independente frente às demandas percebidas do cenário securitário regional. O programa de aquisição da marinha sul-coreana expressa o desejo nacionalista de autossuficiência, apesar da relação próxima com os EUA e do papel que desempenham na contenção de estímulos desestabilizadores, especificamente no que toca à segurança marítima diante da China. Essa postura foi reforçada com a priorização estratégica dos compromissos estadunidenses no Oriente Médio, em detrimento da região Ásia-Pacífico, que se verificou na primeira década do século XXI (BITZINGER, 2011b). O relativo afastamento dos EUA nesse período trouxe tanto a necessidade quanto a justificativa para o aprimoramento do inventário naval sul-coreano no contexto de reafirmação de seu poder marítimo, considerando a expansão chinesa em sobreposição com seus interesses.

Por corolário, a intenção sul-coreana de ampliar o escopo de atuação de sua marinha se manifesta em termos materiais sob o desenvolvimento do estágio mais maduro do programa *Korean Destroyer Experimental* (KDX). O programa, elaborado ao final dos anos 80, é composto de três fases de desenvolvimento, visando à substituição de embarcações obsoletas e ao aperfeiçoamento geral da força naval. A primeira, cuja conclusão ocorreu em 2000, determinou a construção de três contra-torpedeiros de pequeno porte, a serem distribuídos como os navios principais entre as esquadras. A segunda etapa foi encerrada em 2006, pontuada pelo comissionamento da última das seis unidades da classe *Chungmugong Yi Soon-shin* de contra-torpedeiros multi-função equipados com os mísseis cruzadores antinavio *Harpoon*. Embora produzidos em estaleiros nacionais, a maior parte de seus subsistemas – lançadores, radares, sistemas de controle – foram importados dos Estados Unidos e da Europa (BITZINGER, 2011b).

A terceira fase se encontra em andamento, visto que ainda há unidades do *Sejong* em construção. O contra-torpedeiro conta com aproximadamente 8500 tons, de modo que é ligeiramente maior e mais pesado que seu análogo estadunidense, *Arleigh Burke*. Além disso, a plataforma é uma adição relevante por apresentar o sistema de combate Aegis para mísseis guiados e pela capacidade ampliada para defesa aérea, haja vista a incorporação de 128 células em seu sistema de lançamento vertical (VLS), em contraste às 64 dos *Chungmugong Yi Soon-shin*. Considerando ainda as capacidades robustas de guerra antissubmarino e antinavio, aponta-se o *Sejong* cujo armamento se destaca diante dos navios semelhantes (PARK, 2012). Em agosto de 2016, apontou-se a possibilidade de mísseis interceptadores SM-3 equiparem a frota de contra-torpedeiros *Sejong*, transformando-os em um valioso ativo contra ameaças de mísseis balísticos (LAGRONE, 2016). Os navios são produzidos em estaleiros nacionais, que conferem à RDC a indústria naval de maior envergadura depois da China, em termos de tonelagem construída (STATISTA, 2017).

Tabela 4 – Organização e equipamentos primários da Marinha da República da Coréia

Classe	IOC	TAB	1996	2003	2010	2017	Armamento	Alcance (km) ASCM
Submarinos convencionais								
<i>Chang Bogo</i>	1993	1200-1400	4	9	9	6	8 Tubos de Torpedo (533mm)	
<i>Chang Bogo</i>	1993	1200-1400				3	8 Tubos de Torpedo (533mm) ASCM UGM-84B <i>Harpoon</i>	140
<i>Son Won-il</i>	2007	1690-1860			2	5	8 Tubos de Torpedo (533mm) ASCM <i>Hae Sung</i>	150-320
<i>Cosmos</i>	1983	102-110	IN ²⁸	IN	IN	9		
Cruzadores								
<i>Sejong</i>	2008	8500			1	3	ASCM RGM-84 <i>Harpoon</i> SAM SM-2MR SAM RIM-116	120 74-167 9
Contratorpedeiros								
<i>Chungmugong Yi Sun-Sin</i>	2003	4500			6	6	ASCM RGM-84C <i>Harpoon</i> SAM/ASROC SM-2MR SAM RIM-116	120 74-167 9
Fragatas								
<i>Gwanggaeto Daewang</i>	1998	3885		3	3	3	ASCM RGM-84 <i>Harpoon</i> SAM <i>Sea Sparrow</i>	120 50
<i>Incheon</i>	2013	3251				4	ASCM <i>Hae Sung</i> SAM RIM-116	150-320 9

Fonte: Military Balance (2017).

²⁸ Dados indisponíveis.

O plano de modernização de submarinos, por sua vez, tem maximizado a capacidade dissuasória da Marinha da RDC, com a introdução das classes *Chang Bogo* e *Son Won-il* para defesa costeira. O planejamento para a obtenção de 18 submarinos de ataque até 2006 demandou a encomenda de três *Sohn-Won il* além do planejado. A classe, com unidades ainda em construção, conta com sistemas de propulsão independente de ar. A classe *Jang-bogo* é compreendida pela etapa atual do projeto, iniciada em 2007, cuja meta é o comissionamento de submarinos de até 3500 tons produzidos majoritariamente pela indústria local. O comissionamento da primeira unidade está previsto para acontecer até 2020 (IISS, 2017).

4.3 ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos interpretaram as reformas navais chinesas como um meio para o estabelecimento de uma zona de influência do país no Leste e Sudeste Asiático, tendo em vista a capacidade potencial de contestar a livre circulação de bens globais. Desse modo, foi verificada a necessidade de um rebalanceamento dos Estados Unidos para o Pacífico, considerando-se seus compromissos com aliados regionais.

Após a Guerra Fria, os EUA priorizaram o desenvolvimento de capacidades compatíveis com conflitos de baixa intensidade, adequando-se à realidade em que prevaleciam as ameaças difusas de grupos terroristas. Assim, embora o orçamento de defesa tenha aumentado consideravelmente a partir do 11 de setembro, uma grande parcela desse montante era destinada a operações no Oriente Médio.

Contudo, em meio à retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão, em 2011, a então Secretária de Estado Hillary Clinton manifestou um novo direcionamento à política externa dos Estados Unidos, condizente com o cenário internacional delineado na primeira década do século XXI. Dada a relevância da região Ásia-Pacífico como palco de ascensão de potências como China, Índia e Indonésia, Clinton enfatizou a atuação dos EUA no Pacífico como prioridade da administração Obama (CLINTON, 2011). A mudança do foco estratégico dos EUA é tema central do discurso do presidente ao Parlamento Australiano, em novembro de 2011.

Então aqui, entre amigos próximos, eu gostaria de tratar do propósito maior de minha visita a essa região – nossos esforços para avançar na segurança, prosperidade e dignidade humana na Ásia-Pacífico. Para os Estados Unidos, isso reflete uma mudança mais ampla. Depois de uma década em que lutamos duas guerras que nos custaram muito, em sangue e riquezas, os Estados Unidos estão voltando sua atenção ao vasto potencial da região Ásia-Pacífico. [...] Aqui, nós vemos o futuro. [...] Com mais da metade do poder nuclear do mundo e metade da humanidade, a Ásia vai em boa medida definir se o século a frente será marcado pelo conflito ou pela cooperação, sofrimento desnecessário ou progresso humano. [...] Os Estados Unidos são uma

potência do Pacífico, e estão aqui para ficar (WHITE HOUSE, 2011, tradução nossa²⁹).

Essas declarações estão alinhadas com a publicação de diversos documentos, tanto governamentais quanto de instituições privadas de pesquisa, os quais fazem referência direta ao “rebalanceamento para a Ásia-Pacífico”, e às preocupações diante da ascensão chinesa no âmbito militar. Alguns exemplos são *Sustaining US Global Leadership for the 21st Century Defense* e o Joint Operational Access Concept (JOAC), que define acesso operacional como “a capacidade de projetar força militar em uma determinada área, sob liberdade de ação suficiente para concluir a missão”. Sublinha-se sua importância para os objetivos estratégicos dos EUA: “assegurar acesso ao comércio, manter presença global a fim de gerenciar crises e evitar guerras, e derrotar inimigos em possíveis conflagrações” (UNITED STATES, 2012b, p.1).

Em 2012, a distribuição da marinha estadunidense foi alterada, de modo que 60% dos seus vasos estariam baseados no Pacífico até 2020. Atualmente, as operações da Marinha dos EUA no cenário do Pacífico Oriental e no Oceano Índico são coordenadas a partir da Base Naval de Yokosuka, no Japão, que gerencia a Sétima Frota. Esta é a maior divisão naval do país em termos de área de atuação e contingente bélico, contando com cerca de 70 navios e 300 aeronaves (UNITED STATES, 2017).

²⁹ Do original: So here, among close friends, I'd like to address the larger purpose of my visit to this region -- our efforts to advance security, prosperity and human dignity across the Asia Pacific. [...]After a decade in which we fought two wars that cost us dearly, in blood and treasure, the United States is turning our attention to the vast potential of the Asia Pacific region. [...]Here, we see the future.[...] With most of the world's nuclear power and some half of humanity, Asia will largely define whether the century ahead will be marked by conflict or cooperation, needless suffering or human progress. [...] The United States is a Pacific power, and we are here to stay.

Tabela 5 - Organização e equipamentos primários da Marinha dos Estados Unidos

Classe	IOC	TAB	1996	2003	2010	2017	Armamento	Alcance (km)
Submarinos convencionais de ataque								
<i>Los Angeles</i>	1976	6927	37	28	22	7	BGM-109 <i>Tomahawk</i>	1300-2500
<i>Los Angeles</i> (Modernizado)	1988	7147	20	23	23	27	BGM-109 <i>Tomahawk</i>	1300-2500
<i>Seawolf</i>	1997	9138	-	2	3	3	BGM-109 <i>Tomahawk</i>	1300-2500
<i>Virginia</i>	2004	7800	-	-	5	13	BGM-109 <i>Tomahawk</i>	1300-2500
Cruzadores e contra-torpedeiros								
<i>Ticonderoga</i>	1983	9600	27	27	22	22	ASCM RGM-84 <i>Harpoon</i> SM-2ER SAM SM-3 SAM	120 120-185 700
<i>Arleigh Burke</i> <i>Flight I/II</i>	1991	8184	7	21	21	28	ASCM RGM-84 <i>Harpoon</i> SM-2ER SAM SM-3 SAM	120 120-185 700
<i>Arleigh Burke</i> <i>Flight IIA</i>	1998	9100	-	6	25	34	SM-2ER SAM SM-3 SAM	120-185 700
<i>Zumwalt</i>	2016	14564	-	-	-	1	RIM-162 SAM SM-2ER SAM	50 120-185
Total Aegis			34	54	68	84		
Total Aegis BMD			0	3	18	34		
Fragatas								
<i>Freedom</i>						4	SAM RIM-116	9
<i>Independence</i>						4	SAM RIM-116	9

Fonte: Adaptado de IISS (2017).

Um componente importante da arquitetura defensiva da Marinha dos EUA nesse contexto é o *Aegis Ballistic Missile Defense* (BMD), uma extensão do sistema de combate original Aegis baseado no homólogo do Exército, o sistema antimísseis balísticos *Terminal*

High Altitude Area Defense (THAAD). Ambos os programas buscam mitigar ameaças de mísseis balísticos de curto e médio alcance na fase terminal de sua trajetória, mesmo quando se tratam de projéteis manobráveis, como é o caso do DF-21D chinês. Uma bateria THAAD está alocada permanentemente nas instalações estadunidenses em Guam, ao passo que 34 cruzadores e contra-torpedeiros da marinha estão equipados com o Aegis BMD (HEMPEL, 2017).

Ao gerar riscos aos seus aliados asiáticos, estima-se que a ascensão chinesa na esfera militar poderia contestar não somente o alcance global dos Estados Unidos, como também a credibilidade e sustentabilidade da infraestrutura de segurança que lidera na região (HUGHES, 2012). Nesse sentido, Hegimbotham *et al.* (2015) examinam a evolução das capacidades militares relativas dos Estados Unidos e da China, considerando dois cenários hipotéticos para ilustrar uma conflagração: uma invasão de Taiwan e uma campanha nas Ilhas Spratly. Constatase que a modernização militar chinesa, com destaque à esfera naval, tem reduzido significativamente suas desvantagens em relação aos EUA nos Mares da China Meridional e Oriental.

Figura 4 – Comparação entre as Capacidades Militares de China e EUA³⁰

Domínios	Conflito em Taiwan				Conflito nas Ilhas Spratly			
	1996	2003	2010	2017	1996	2003	2010	2017
1. Ataques chineses em bases aéreas	Grande vantagem	Vantagem	Paridade aproximada	Vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Paridade aproximada
2. Superioridade aérea China-EUA	Grande vantagem	Vantagem	Vantagem	Paridade aproximada	Grande vantagem	Grande vantagem	Vantagem	Vantagem
3. Penetração do espaço aéreo chinês	Vantagem	Paridade aproximada	Paridade aproximada	Paridade aproximada	Grande vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Vantagem
4. Ataque a bases aéreas chinesas	Paridade aproximada	Grande vantagem	Vantagem	Vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem
5. China: guerra antinavio	Grande vantagem	Vantagem	Paridade aproximada	Vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Vantagem	Paridade aproximada
6. EUA: guerra antinavio	Grande vantagem	Grande vantagem	Vantagem	Vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem	Grande vantagem

Legenda	
Capacidades dos EUA	Capacidades chinesas
Grande vantagem	Grande desvantagem
Vantagem	Desvantagem
Paridade aproximada	Paridade aproximada
Desvantagem	Vantagem
Grande desvantagem	Grande vantagem

Fonte: traduzido de Hegimbotham *et al.* (2015).

³⁰ Embora a análise contemple os domínios aéreo, marítimo, espacial, cibernético e nuclear, foram reproduzidas apenas as conclusões pertinentes aos objetivos deste trabalho, isto é, aquelas relacionadas direta ou indiretamente ao domínio marítimo.

O estudo constatou que tais avanços não se mostraram uniformes em todos os domínios operacionais, tampouco que as forças armadas chinesas podem equiparar as estadunidenses em termos agregados de capacidades em um futuro previsível (HEGIMBOTHAM *et al.*, 2015). Cabe destacar que os aspectos mais relevantes do estudo não recaem apenas sobre a análise do atual inventário chinês, mas sobre o passo consistente de sua modernização e as perspectivas de correlação de forças, visto que a tendência evolutiva sugere que o diferencial de capacidades militares entre os dois atores seja decrescente (DORNELLES, 2012; BIDDLE; OELRICH, 2016).

Em termos práticos, a resposta militar estadunidense ao desafio imposto pela difusão de tecnologia militar avançada para a sua liberdade de ação em determinados teatros operacionais, neste caso, pela projeção chinesa e às restrições de acesso ao seu entorno, foi materializada no conceito operacional da *Air-Sea Battle* (Batalha Aeronaval - ASB). Andrew Marshall e Andrew Krepinevich, vinculados respectivamente ao *Office of Net Assessment* do Departamento de Defesa e ao *Center for Strategic Budget Assessments* (CSBA), foram responsáveis por sua elaboração e adesão oficial pela administração Obama, em 2012. Para efetivamente projetar poder e assegurar o acesso irrestrito aos globais comuns apesar da cobertura de sistemas A2/AD, sobretudo na região Ásia-Pacífico, demanda-se profunda colaboração operacional entre as forças aérea e naval, viabilizada por uma cadeia abrangente de comando, controle e comunicação.

A solução apresentada é resumida no acrônimo NIA-D3³¹, que se refere ao desenvolvimento de forças integradas capazes de “conduzir ataques em profundidade para desabilitar redes C4ISR do inimigo, destruir e derrotar plataformas e sistemas de armas A2/AD, atingindo definitivamente sua capacidade de atuação em todos os domínios de guerra” (AIR-SEA BATTLE OFFICE, 2013, p. 4). Desse modo, a ação ofensiva implica a necessidade de ataques aéreos a lançadores de mísseis chineses – além de postos de comando, sensores, sistemas de comunicação e redes de suprimentos – instalados não apenas em embarcações ou próximos a costa, mas no interior do país (BIDDLE; OELRICH, 2016).

Para este exercício, atribui-se à tecnologia furtiva papel importante na aplicação de tais procedimentos, de modo que a percepção de ameaça aos interesses dos EUA no Pacífico e o estímulo à iniciativa podem justificar o custo excepcional de aquisições de material bélico do país, como demonstra o programa do caça *stealth* F-35. Cabe destacar que há um alto potencial escalatório no empreendimento de ataques aéreos e antimísseis contra alvos no continente

³¹ Networked, integrated and attack-in-depth to disrupt, destroy and defeat.

chinês, visto que poderiam estimular a retaliação contra os Estados Unidos e seus aliados ou, ainda, desencadear uma conflagração contra uma potência nuclear (BIDDLE; OELRICH, 2016; HAMMES, 2012; MARTINS, CEPIK; 2014).

Por esse motivo, a proposta da ASB tem se mostrado controversa, especialmente diante do déficit fiscal do governo estadunidense. O objetivo de recuperar o acesso marítimo irrestrito na região é intangível sem que sejam investidos volumes insustentáveis de recursos que excederiam substancialmente os gastos chineses. Segundo Etzioni (2013), o programa foi adotado pelo Pentágono sem consultas significativas a autoridades civis ou debate público, apesar das implicações estratégicas e dos custos insustentáveis ao governo para o desenvolvimento dos sistemas necessários. Partindo dessa observação, argumenta que o conceito operacional seria muito mais uma tentativa de garantir uma missão e fundos às forças armadas, e questiona as avaliações acerca da proporção da ameaça representada pela negação do acesso aos mares próximos à China.

Nesse sentido, Biddle e Oelrich (2016) demonstram que a ameaça representada pelo A2/AD é geograficamente limitada pelo alcance dos radares que dos quais dependem a vigilância e a aquisição de alvos, estimando um horizonte de 400-600 quilômetros a partir da costa. Visto que a efetividade dos sistemas A2/AD é reduzida à medida que aumenta a distância do litoral chinês, os autores defendem que não comprometem as operações dos Estados Unidos e de seus aliados na região Ásia-Pacífico. Assim, sugerem que a partir das abordagens políticas adequadas, o desafio imposto pela negação de acesso poderia ser mitigado mesmo sem a implementação da ASB.

Cabe adicionar que, de modo geral, a evolução decrescente do diferencial de capacidades militares entre China e EUA acompanha a mesma tendência em termos econômicos. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional em relação ao PIB em paridade de poder de compra, os EUA eram responsáveis por uma parcela de 22% da produção econômica global em 1990. Em comparação, o PIB chinês representava 18% do PIB estadunidense e 4% da produção mundial. Em 2016, a participação dos EUA na produção econômica global caiu para 15%, enquanto o PIB chinês passou a representar 114% do estadunidense e 17% da produção econômica global (IMF, 2017).

Não obstante, como maior potência naval atualmente e no futuro próximo, os EUA procurarão preservar sua posição ao balancear ou desarmar preemptivamente quaisquer Estados potencialmente hegemônicos, conforme sugerido por sua atuação no último século (DUARTE, 2015). Investidas como a ASB, portanto, serão favorecidas diante de alternativas que reconhecem a inexorabilidade da ascensão chinesa e consideram uma recomposição

hegemônica pacífica, como a estratégia de *Offshore Control* (HAMMES, 2012). Corrobora essa tese a postura da administração Trump, ao aumentar o orçamento de defesa e passar a enfatizar os demais atores asiáticos em detrimento da China, especialmente a Índia, ao empregar a expressão “Indo-Pacífico” para se referir à região.

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

A modernização do Exército de Libertação Popular e, em especial, a remodelação do perfil de forças de sua Marinha outorga desafios aos principais parceiros dos Estados Unidos na região. O desenvolvimento de uma marinha de águas azuis e a estruturação de um complexo de defesa baseado em capacidades assimétricas de A2/AD são o germe das preocupações das autoridades dos países considerados. À medida que se desenrolam disputas jurisdicionais relacionadas à ampliação da presença naval chinesa, observa-se que atritos com os demais atores regionais são inerentes à ascensão do país. De fato, a envergadura econômica da China lhe garante um argumento bélico mais consistente e, conseqüentemente, maior capacidade de afirmar seus interesses e contornar normas internacionais. Dessa forma, os esforços de apaziguamento diplomático em relação à China são complementares ao fortalecimento e modernização de suas próprias marinhas para contê-la militarmente.

Nesse contexto, a negação de acesso aos mares próximos da China projeta cenários de conflagração como resultado de uma escalada de ações relacionadas a uma imposição de unificação com Taiwan ou às reivindicações sobre as ilhas no MCO e MCM, como as Senkaku/Diaoyu e Spratly. A assistência dos EUA seria impossibilitada pelos custos proibitivos de deslocar ativos navais para atuar sob a cobertura defensiva dos sistemas chineses que operam na lógica do A2/AD. Adicionalmente, a vulnerabilidade energética da Ásia-Pacífico maximiza a importância das SLOCs e estimula rivalidades navais inerentes ao planejamento de expansão das marinhas, que visam a assegurar acesso aos pontos de estrangulamento, como o Estreito de Málaca, rota de transporte do comércio internacional petróleo³².

Assim, modificações recentes na abordagem japonesa ao cenário regional indicam uma posição reativa, na tentativa de manter a distribuição de poder favorável aos seus interesses (GRONNING, 2014). Além da atualização dos documentos de defesa nacional, as medidas para

³² Segundo a Administração de Informações de Energia dos Estados Unidos, cerca de um terço da produção global de petróleo e outros líquidos transportados por vias marítimas em 2015 transitaram pelo Estreito de Málaca. A passagem é o segundo ponto de estrangulamento de maior importância ao comércio internacional de petróleo, depois do Estreito de Hormuz, no Oriente Médio. O volume de petróleo e outros líquidos transportados através de Málaca aumentou consistentemente até 2016, alcançando 16 milhões de barris por dia (THE STRAIT..., 2017).

abordar a questão incluem a aquisição e comissionamento de classes mais modernas para a FMAD, e o aprofundamento das relações com os EUA no contexto da aliança militar. Sublinhou-se, assim, a necessidade de estratégias e capacidades que atuem em conformidade com o planejamento da ASB (HUGHES, 2012).

Os planos de modernização da marinha da Coreia do Sul e seu escopo de missões, operacionalizados pela robusta rede de estaleiros nacionais, demonstram maior flexibilidade quanto à coordenação com as forças navais dos EUA, em comparação com o Japão. Os programas responsáveis pela produção de novas classes e unidades de navios de combate são orientados à projeção de poder e ao aumento da capacidade de mitigar as ameaças percebidas no contexto regional. Desse modo, às preocupações securitárias imediatas relacionadas à Coreia do Norte, somaram-se os cenários que envolvem a expansão naval da RPC (HUGHES, 2012).

Deve-se sublinhar o programa de mísseis balísticos nucleares desenvolvidos pela Coreia do Norte como um fator que tem contribuído significativamente para as mudanças na postura de defesa do Japão e da Coreia do Sul. No entanto, argumenta-se que as provocações de Pyongyang funcionam como um condutor secundário, e inclusive como um pretexto de legitimação de iniciativas como o estabelecimento de sistemas de defesa antimísseis e de inflexões na agenda de segurança relacionadas diretamente à ascensão chinesa (HUGHES, 2012; VISENTINI *et al.*, 2013). A pressão exercida pela modernização da MELP como fator primário, por sua vez, é mencionada explicitamente em documentos oficiais japoneses (JAPAN, 2014). O desenvolvimento conjunto de mísseis interceptadores e a organização de exercícios militares trilaterais é um aspecto importante no que se refere ao fortalecimento dos laços de ambos os países com os Estados Unidos, sobretudo a partir da reafirmação do compromisso estadunidense manifestado no estabelecimento do Pacífico como prioridade estratégica.

Assim, a análise mais detalhada da interação permite reavaliar as condições previstas para uma transição de poder entre EUA e China nas próximas décadas e, conseqüentemente, os efeitos desse evento para o sistema internacional. O prognóstico de Biddle e Oelrich (2016), por exemplo, é de que a China estaria longe de obter hegemonia sobre os EUA mesmo em 2040, levando em consideração as limitações operacionais do A2/AD. Em vez disso, o acesso irrestrito aos mares – bem como a outros domínios comuns – do qual os EUA gozam seria gradualmente substituído por um padrão diferente de controle, com múltiplas esferas de influência no MCO e no MCM, pautadas pela negação de acesso.

Não obstante, os movimentos reativos dos padrões de aquisição de equipamentos e das políticas de defesa de Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos demonstram estar de acordo com um parecer que superestima as intenções expansionistas e as capacidades chinesas. Tal

percepção, de mudança na trajetória de distribuição de poder na região em favor da China, tem o potencial de elevar os riscos de erros de cálculo, falha de dissuasão e escalada militar, especialmente tendo em consideração as divergências de interesses relacionadas a reivindicações marítimas.

Nesse sentido, a implementação de iniciativas como a ASB – e a infraestrutura de suporte necessária a sua execução por parte dos aliados dos EUA na região – sinaliza a “armadilha de Tucídides”³³ (ALLISON, 2015). O aumento da insegurança e o dispêndio excessivo na esteira dos esforços de preservação da ordem liderada pelos EUA são estímulos desestabilizadores que contribuem para o seu declínio relativo, configurando uma profecia autorrealizável. Diferente das interpretações derivadas da teoria de transição de poder, portanto, contempla-se a possibilidade de ocorrência de um conflito independentemente da condição de paridade econômica e militar. Tal contexto amplia a necessidade de intensa coordenação política entre os países na região, e de administrar as relações com a RPC, minimizando a probabilidade de que eventos ordinários no MCO e no MCM ocasionem um conflito em larga escala.

³³ Em referência aos escritos de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, o professor Graham Allison emprega o termo para descrever o cenário da ascensão de uma potência diante do Estado dominante, o qual é particularmente suscetível a guerras. A metáfora alude à dinâmica de poder na Grécia Antiga. Visto que Esparta, o poder dominante, reforçou sua capacidade bélica na tentativa de manter sua liderança, Tucídides observou que fora a ascensão de Atenas, e o temor que casou sobre Esparta, que tornou a guerra inevitável. O ônus da guerra, no entanto, pavimentou o caminho para o declínio de Esparta e a ascensão de outras potências posteriormente.

5 CONCLUSÕES

O fenômeno da transição de poder é visto pelos teóricos de Relações Internacionais como um dos eventos mais desestabilizadores da política internacional. Mudanças na distribuição de poder entre as grandes potências, somados aos conflitos associados à redistribuição de bens no sistema internacional, têm originado guerras entre os principais atores estatais (ROSS; FENG, 2008). Nesse sentido, a definição da hierarquia entre os Estados é condicionada, em grande medida, ao poder naval, haja vista a importância da defesa da soberania e de interesses no entorno estratégico, bem como da capacidade de obter alcance global.

A escola da transição de poder afirma que a paz prevalece quando há uma grande disparidade de poder entre o Estado dominante e quaisquer potenciais desafiadores, e que as guerras acontecem quando a disparidade de poder se estreita. O momento mais suscetível para tal ocorrência coincide, portanto, com a obtenção de paridade econômica e militar.

No caso da transição Estados Unidos-China, observa-se que será caracterizada por conflitos de interesse econômicos e políticos, pela constante competição estratégica e, potencialmente, pela guerra. A ascensão chinesa traz consigo incertezas sobre a capacidade estadunidense de acolher a influência de Beijing, sobre como a RPC empregará sua nova força naval, e sobre a possibilidade de sua modernização desencadear uma corrida armamentista na Ásia, com todas as preocupações associadas ao dilema da segurança. Nesse aspecto, o presente trabalho procurou apontar evidências desse processo acerca da esfera naval, identificando as respostas – observadas em planos de aquisições e nas diretrizes doutrinárias das forças navais – dos Estados Unidos e de seus parceiros asiáticos, Japão e Coreia do Sul. Para isso, o marco inicial adotado foi a modernização da Marinha do Exército de Libertação Popular, cujo avanço consistente desde o final dos anos 1990 é apontado como um fator de perturbação sobre a ordem securitária a nível regional.

No bojo da transformação da economia chinesa, a indústria de defesa passou a enfatizar a produção endógena de seus sistemas de armamentos, como resultado do conhecimento técnico obtido sobretudo a partir da transferência de tecnologia e da imitação, por meio de parcerias internacionais. Além do comprometimento do governo da RPC, evidente no direcionamento de recursos e no estabelecimento de metas de longo prazo, o processo de horizontalização de capacidades militares permite que o hiato tecnológico em relação aos Estados Unidos seja minimizado (MARTINS, 2008; DORNELLES JR, 2012). A tecnologia e a inovação no setor

naval assinalam também a capacidade de crescimento econômico sustentado, fator determinante para a disposição dos Estados na ordem hierárquica internacional.

Em adição aos avanços verificados no desempenho de sensores e tecnologias de comunicação para o emprego efetivo de mísseis e demais armamentos das embarcações da marinha chinesa, os próprios métodos de implementação desses sistemas se mostraram inovadores, explorando as vantagens da assimetria em favor de seus objetivos estratégicos. A instrumentalização de equipamentos como mísseis cruzadores e balísticos lançados de navios para a negação de área diminuiu consideravelmente o custo da defesa nos domínios aéreo e naval, de modo que mesmo sistemas complexos como porta-aviões têm suas operações limitadas em determinados teatros (BIDDLE; OELRICH, 2016).

Essa questão está no cerne do relativo aumento de capacidades de combate navais na região Ásia-Pacífico. A análise da dimensão política e dos desenvolvimentos recentes no orçamento militar e no inventário da marinha indicam movimentos reativos aos avanços chineses e a sua posição mais assertiva no MCO e no MCM.

Este trabalho investigou essa dinâmica a partir dos casos da Coreia do Sul e do Japão, países que compartilham o acesso às rotas marítimas de comunicação e possuem interesses que se sobrepõem aos da RPC no que tange a reivindicações marítimas e posse de recursos. O caso dos EUA, em especial, permitiu que o fenômeno da transição de poder previsto nas próximas décadas fosse explorado sob a perspectiva das capacidades navais. Sob a ênfase no nível regional de análise, constatou-se o fortalecimento das relações entre os países que buscam coordenar os esforços de contrabalanceamento, materializados na implementação da ASB. Essa tentativa, de conter a mudança na distribuição de poder em favor da RPC, indicada objetivamente pela tendência decrescente do diferencial de capacidades, é baseada em previsões superestimadas das intenções da RPC, que todavia prioriza a questão de Taiwan. As atividades e missões da MELP que contribuem para a expansão de sua zona de influência na região e fora dela demonstram ser subsidiárias à defesa da costa.

Além dos riscos escalatórios inerentes à abordagem preemptiva da ASB, a própria execução do conceito operacional demanda um volume excepcional de recursos para as forças armadas dos Estados Unidos, cujo orçamento já é superior ao de qualquer outro país. Tais fatores contribuem ao desgaste de sua posição de liderança global, ainda que sejam implicações das providências tomadas para preservá-la. Assim, a reversão das tendências previstas pelas interpretações derivadas da teoria da transição de poder e pela “armadilha de Tucídides” está sujeita à concertação política, sobretudo no que tange aos pontos de tensão no MCM e no MCO.

As medidas nesse sentido deverão acrescentar à abordagem militar, a partir da adoção de estratégias de maior receptividade à ideia de recomposição hegemônica pacífica.

As conclusões deste trabalho deverão ser enriquecidas na agenda de pesquisa futura, que incluirá uma análise mais minuciosa da influência da expansão naval chinesa sobre o MCM, visto que a delimitação do escopo de investigação privilegiou a dinâmica de interações no MCO. Semelhantemente, pretende-se abordar a perspectiva da Índia quanto à reestruturação naval como movimento reativo à modernização da MELP. Além disso, examinará o seu papel em uma aliança com os Estados Unidos visando contrabalancear a China, especialmente diante da nova ênfase da administração Trump sobre a região “Indo-Pacífico” na política externa para a Ásia.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham. The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?. **The Atlantic**, [S.l.], Set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/XtKG2q>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- A LOOK at progress on a Chinese aircraft carrier. In: STRATFOR WORLDVIEW. **Situation Assessments**. Austin, 03 June 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/y0uqit>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BENNET, Bruce. **A Brief Analysis of the Republic of Korea's Defense Reform Plan**. Occasional Paper OP-165-OSD. Santa Monica: Rand Corporation, 2006.
- BERNITT, Thomas; TANGREDI, Sam. Mine Warfare and Globalization: Low-Tech Warfare in a High-Tech World. In: TANGREDI, S. **Globalization and Maritime Power**. Washington: NDU Press, 2002. p. 389-404.
- BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia. **International Security**, [S.l.], v. 41, n. 1, p. 7–48, 2016.
- BITZINGER, Richard. China's Defense Technology and Industrial Base in a Regional Context: Arms Manufacturing in Asia. **Journal of Strategic Studies**, [S.l.], v. 34, n. 3, p. 425-450, 2011a.
- _____. Recent Developments in Naval and Maritime Modernization in the Asia-Pacific: Implications for Regional Security. In: SAUNDERS, Philip et al. **The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles**. Washington, DC: National University Press. 2011b. p. 23-40.
- _____. Reforming China's Defense Industry. **Journal of Strategic Studies**, [S.l.], p. 1-28, Sept. 2016.
- BRUZDZINSKI, Jason. Demystifying Shashoujian: China's "Assassin's Mace" Concept. In: LILLEY, James. **Civil-Military Change in China: Elites, institutes, and ideas after the 16th Party Congress**. Carlisle: U.S. Army College/Strategic Studies Institute, 2004. p. 309-364.
- CHASE, Michael S. *et al.* **China's Incomplete Military Transformation: Assessing the Weaknesses of the People's Liberation Army (PLA)**. Santa Monica, Calif: Rand Corporation, 2015. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR893.html> Acesso em: 30 abr. 2017.
- CHENG, Dean. Chinese Lessons from the Gulf Wars. In: SCOBELL, Andrew; LAI, David; KAMPHAUSEN, Roy. **Chinese Lessons from Other Peoples' Wars**. Carlisle: U.S. Army College/Strategic Studies Institute, 2011. p. 153-200.

CHEUNG, Tai Ming. Innovation in China's Defense Technology Base: Foreign Technology and Military Capabilities. **Journal of Strategic Studies**, [S.l.], p. 1-35, Sept. 2016.

_____. The Chinese Defense Economy's Long March from Imitation to Innovation. **Journal of Strategic Studies**, [S.l.], v. 34, n. 3, p. 325-354, June 2011.

CHINA. The State Council Information Office. **China's National Defense in 2004**. Beijing, 2004.

_____. **China's Military Strategy**. Beijing, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/F8IV67>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CHINA. The State Council. **The National Medium-and Long-Term Program for Science and Technology Development (2006- 2020): An Outline**. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/A8nqPb>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

CHINA Builds Maritime Muscle. In.: STRATFOR WORLDVIEW. **Assessments**. Austin, 11 July 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/EjSUa5>>. Acesso em: 02 out. 2017a.

CHINA'S First Domestically Built Aircraft. In: STRATFOR WORLDVIEW. **Situation Report**. Austin, 26 Apr. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/kYr0nd>>. Acesso em: 26 abr. 2017b.

CHRISTENSEN, Thomas. Posing Problems Without Catching Up. **International Security**. [S.l.], v. 25, n. 4, p. 5-40, Spring 2001.

CLARK, Bryan *et al.* **Restoring American Seapower: A new fleet architecture for the United States Navy**. Washington, DC: Center For Strategic And Budgetary Assessments, 2017.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, [S.l.], p. 1-2, 11 Oct. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

COHEN, David. **China Confirms Carrier-Killer**. 2011. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2011/07/china-confirms-carrier-killer/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CORDESMAN, Anthony.; KLEIBER, Martin. **Chinese Military Modernization and Force Development: A Western Perspective**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/3J1osQ>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CROWL, Philip. Alfred Thayer Mahan: The Naval Historian. In: PARET, Peter (Ed.). **Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1986. p. 444-479.

CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES - CSIS. **China Power: What Does China Really Spend on Its Military?.** Washington, DC, 2017. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/military-spending/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

DING, Arthur. The Lessons of the 1995-1996 Military Taiwan Strait Crisis: Developing A New Strategy Toward the United States and Taiwan. In: BURKITT, Laurie; SCOBELL,

Andrew; WORTZEL, Larry M. **The Lessons of History: The Chinese People's Liberation Army at 75.** Carlisle: Strategic Studies Institute, 2003. p. 379-402.

DJIBOUTI: China Is Establishing Its First Permanent Military Mission Overseas. In: STRATFOR WORLDVIEW. **Snapshots.** Austin, 12 July 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/hKqwQ3>>. Acesso em: 02 out. 2017.

DORNELLES JR, Arthur Coelho. **China e Estados Unidos na Balança de Poder do Leste Asiático: comparações econômicas e militares.** 2012. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DUARTE, Érico. Brazil, the Blue Economy and the maritime security of the South Atlantic. **Journal Of The Indian Ocean Region**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.97-111, 27 Ago. 2015.

EAGLEN, Mackenzie; RODENBACK, Jon. Submarine Arms Race in the Pacific: The Chinese Challenge to U.S. Undersea Supremacy. **The Background**, Washington, n. 2367, 2010.

EMBRAER. Technical Dictionary English-Portuguese. São José dos Campos, 2001.

ERICKSON, Andrew S. **China for the First Time Publicly Displays 'Guam Killer' Missile.** [S.l.].2015. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2015/08/revealed-china-for-the-first-time-publicly-displays-guam-killer-missile>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ERICKSON, Andrew S.; CARLSON, Christopher P.. **Sustained Support: the PLAN Evolves its Expeditionary Logistics Strategy** [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.andrewerickson.com/2016/03/sustained-support-the-plan-evolves-its-expeditionary-logistics-strategy/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ETZIONI, Amitai. Who Authorized Preparations for War with China? **Yale Journal Of International Affairs.** New Haven, p. 1-15. jun. 2013. Disponível em: <https://www2.gwu.edu/~sigur/assets/docs/Etzioni_article.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

FRIEDMAN, George. **There Are 2 Choke Points That Threaten Oil Trade Between The Persian Gulf And East Asia.** 2017. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/maps-oil-trade-choke-points-person-gulf-and-east-asia-2017-4>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981. 288 p.

GODWIN, Paul; MILLER, Alice. **China's Forbearance Has Limits: Chinese Threat and Retaliation Signaling and Its Implications for a Sino-American Military Confrontation.** 6. ed. Washington: National Defense University Press, 2013.

GOLDSTEIN, Lyle. China's Falklands Lessons. **Survival: Global Politics and Strategy**, [S.l.], v. 50, n. 3, p. 65-82, 2008.

GORMLEY, Dennis M.; ERICKSON, Andrew S.; YUAN, Jingdong. **A Low-Visibility Force Multiplier: Assessing China's Cruise Missile Ambitions.** Washington: NDU Press, 2014.

GRONNING, Bjørn. Japan's Shifting Military Priorities: Counterbalancing China's Rise. **Asian Security**, [S.l.], p. 1-21, Oct. 2014.

HAMMES, Thomas X. Offshore Control: A Proposed Strategy for an Unlikely Conflict. **Strategic Forum**. Washington, DC, p. 1-16, Jun. 2012. Disponível em: <<http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-278.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

HEGIMBOTHAM, Eric. *et al.* **The U.S.-China Military Scorecard: Forces Geography, and the Evolving Balance of Power 1996-2017**. Calif: RAND Corporation, 2015.

HEMPEL, Alex. **A Comprehensive Guide to American Ballistic Missile Defense Systems**. 2017. Disponível em: <<https://whitefleet.net/2017/06/04/a-complete-guide-to-american-ballistic-missile-defense-systems/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

HUGHES, Christopher. China's Military Modernization: U.S. Allies and Partners in Northeast Asia. In: TELLIS, Ashley; TANNER, Travis (Ed.). **Strategic Asia 2012–13: China's Military Challenge**. Seattle: The National Bureau Of Asian Research, 2012. p. 197-239.

_____. Japan's Military Modernisation: A Quiet Japan–China Arms Race and Global Power Projection. **Asia-Pacific Review**, [S.l.], p. 84-99, June 2009.

HU, Albert; JEFFERSON, Gary; JINCHANG, Qian. R&D Technology Transfer: Firm-level evidence from chinese industry. **The Review Of Economics And Statistics**, [S.l.], n. 874, p.780-786, Nov. 2005.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES – IISS. **The Military Balance**. London: Routledge, 1996.

_____. **The Military Balance**. London: Routledge, 2003.

_____. **The Military Balance**. London: Routledge, 2010.

_____. **The Military Balance**. London: Routledge, 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. **World Economic Outlook Database**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Wsve6m>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

JAPAN. Ministry of Defense. **Defense Programs and Budget of Japan: Overview of FY2017 Budget Bill**. Tokyo, 2017. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_budget/pdf/290328.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

JAPAN. National Security Council And The Cabinet. **Medium Term Defense Program: (FY2014-FY2018)**. Tokyo, 2013a. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2014/pdf/Defense_Program.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **National Defense Program Guidelines: for FY 2014 and beyond**. Tokyo, 2013b. Disponível em:

<http://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2014/pdf/20131217_e2.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. **National Defense Program Guidelines**: for FY 2011 and beyond. Tokyo, 2010. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/pdf/guidelinesFY2011.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

JOHNSON, James. China's "Guam Express" and "Carrier Killers": The anti-ship asymmetric challenge to the U.S. in the Western Pacific. **Comparative Strategy**, [s.l.], v. 36, n. 4, p.319-332, 8 ago. 2017.

KRAUSE, Keith. **Arms and the State**: Patterns of military production and trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KREPINEVICH, Andrew. **Why Air-Sea Battle?** Washington: CSBA, 2010.

KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas. The Power Transition Research Program: Assessing Theoretical and Empirical Advances. In: MIDLASRKY, Manus. **Handbook of War Studies II**. Michigan: The University Of Michigan Press, 2003. p. 129-163.

LAGRONE, Sam. **New South Korean Destroyers to Have Ballistic Missile Defense Capability**. 2016. Disponível em: <<https://news.usni.org/2016/09/06/new-south-korean-destroyers-ballistic-missile-defense-capability>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LEMKE, Douglas. Great Powers in the Post-Cold War World: A Power Transition Perspective. In: PAUL, Thomas; WIRTZ, James J.; FORTMANN, Michel. **Balance of Power**: Theory and practice in the 21st century. Stanford: Stanford University Press, 2004a. p. 52-75.

_____. **Regions of War and Peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b.

LEMKE, Douglas; TAMMEN, Ronald. Power Transition Theory and the Rise of China. **International Interactions**: Empirical and Theoretical Research in International Relations, [S.l.], p. 269-271, Oct. 2003.

MAHAN, Alfred Tayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660 - 1783**. Gloucester: Dodo Press, 2008.

MARTINS, José M. **Digitalização e guerra local**: como fatores do equilíbrio internacional. 2008. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14405>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARTINS, José M.; CEPIK, Marco. **Defesa Nacional Antimíssil dos EUA**: A lógica da preempção e suas implicações internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

MODELSKI, George; THOMPSON, William. **Seapower in Global Politics 1494-1993**. London: Macmillan Press, 1988.

MONTGOMERY, Ernest. Contested Primacy in the Western Pacific: China's Rise and the future of US power projection. **International Security**, [S.l.], v. 38, n. 4, p. 115–149, Spring 2014.

MIZOKAMI, Kyle. **Asia's Submarine Race**. 2013. Disponível em: <<https://news.usni.org/2013/11/13/asias-submarine-race>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

NEVES JR, Edson. **A Modernização Militar da Índia: as virtudes do modelo híbrido**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Energia Como Recurso De Poder Na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia E O Papel Do Centro De Decisão Energética**. 2017. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **United Nations Convention on the Law of the Sea**. New York, 1982. Disponível em: <<https://goo.gl/rKiGHa>>. Acesso em: 29 out. 2017.

ORGANSKI, Abramo F. **World Politics**. 2. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

ORGANSKI, Katherine; ORGANSKI, Abramo Fimo Kenneth. **Population and world power**. New York: Alfred A. Knopf, 1961.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities: background and Issues for Congress**. Washington: Congressional Research Service, 2017.

PARK, Madison. **Why China's New Air Zone Incensed Japan, U.S.** 2013. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/11/25/world/asia/china-japan-island-explainer/index.html>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

PRADUN, Vitaliy O. From Bottle Rockets to Lightning Bolts: China's Missile Revolution and PLA Strategy Against US Military Intervention.. **Naval War College Review**, Newport, v. 2, n. 64, p.7-38, Jan. 2011. Disponível em: <<https://usnwc2.usnwc.edu/getattachment/23a01071-5dac-433a-8452-09c542163ae8/From-Bottle-Rockets-to-Lightning-Bolts--China-s-Mi.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador Ghefi. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugênio. Segurança e Estudos Estratégicos. In: BRIGAGÃO, Clóvis. (Org.). **Estratégias de negociações internacionais**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

RALEIGH, Sir Walter. A Discourse of the Invention of Ships, Anchors, Compass, etc. In: _____. **The Works of Sir Walter Raleigh**. 8. ed. Oxford: Oxford University Press, 1965. p. 325.

RAPKIN, David; THOMPSON, William. Power Transition, Challenge and the (Re)Emergence of China. **International Interactions: Empirical and Theoretical Research in International Relations**, [S.l.], p. 315-342, Oct. 2003.

RASLER, Karen; THOMPSON, William. Global War and the Political Economy of Structural Change. In: MIDLARSKY, Manus I. **Handbook of War Studies II**. Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2000. p. 301-331.

RINEHART, Ian E.; ELIAS, Bart. **China's Air Defense Identification Zone (ADIZ)**. Washington, DC: Congressional Research Service, 2015. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43894.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

ROSS, Robert; FENG, Zhu. **China's Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

SCHWARTZ, Paul. **Russia's Contribution to China's Surface Warfare Capabilities: Feeding the Dragon**. Washington: Rowman & Littlefield, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ywKo47>>. Acesso em: 26 set, 2017.

SCOBELL, Andrew; LAI, David; KAMPHAUSEN, Roy. **Chinese Lessons from Other People's Wars**. Carlisle: U.S. Army College/Strategic Studies Institute, 2011.

SOUTH China Sea Ruling Rejects Beijing's Claims. In: IHS INTELLIGENCE REVIEW. **Global Assessments**. [S.l.], 28 June 2016.

SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**. London: Routledge, 2014. 232 p.

STATISTA. **Largest shipbuilding nations in 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/263895/shipbuilding-nations-worldwide-by-cgt/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI. **The SIPRI Arms Transfer Database 2005-2016**. Stockholm, 2017. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php>. Acesso em: 20 set. 2017.

TANGREDI, Sam (Ed.). **Globalization and Maritime Power**. Washington: National Defense University Press, 2002.

_____. Sea Power: Theory and practice. In: BAYLIS, John et al (Org.). **Strategy in the Contemporary World: An introduction to Strategic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 113-132.

TIAN, Nan *et al.* **Trends in World Military Expenditure, 2016**. Solna: SIPRI, 2017. 8 p. SIPRI Fact Sheet. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

TILL, Geoffrey. **Asia's Naval Expansion: An arms race in the making?** New York: Routledge, 2012.

_____. **Seapower: A Guide for the 21st Century**. 2nd ed. London: Routledge, 2009.

TILL, Geoffrey; BRATTON, Patrick. **Sea Power and the Asia-Pacific: The Triumph of Neptune?**. Abingdon: Routledge, 2011. 296 p.

THE STRAIT of Malacca, a key oil trade chokepoint, links the Indian and Pacific Oceans. **US Energy Information Administration**, Washington, 11 Aug. 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report 2015: Reforming international investment governance**. Geneva: Unctad, 2015. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf>, Acesso em 20 nov. 2017.

UNITED STATES. Department of Defense. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China**. Washington, 2012a.

_____. **Joint Operational Access Concept**. Washington, 2012b.

UNITED STATES. Navy. Air-Sea Battle Office. **Air-Sea Battle: Service Collaboration to Address Anti-Access & Area Denial Challenges**. Washington, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/WWsv6m>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

UNITED STATES. Navy. Office of Naval Intelligence. **The PLA Navy: New Missions and Capabilities for the 21st Century**. Washington, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/LvBhGw>>. Acesso em: 15 set. 2017.

UNITED STATES. Navy. **US Pacific Fleet**. 2017. Disponível em: <<http://www.cpf.navy.mil/about/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

VAN TOL, Jan. **AirSea Battle: A Point-of-Departure Operational Concept**. [S.l.], Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/nvzNHN>>. Acesso em: 25 set. 2017.

VISENTINI, Paulo *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

YUNG, Christopher. Sinica Rules the Waves? The People's Liberation Army Navy's Power Projection and Anti-Access/Area Denial Lessons from the Falklands/Malvinas Conflict. In: SCOBELL, Andrew; LAI, David; KAMPHAUSEN, Roy. **Chinese Lessons from Other People's Wars**. Carlisle: U.S. Army College/Strategic Studies Institute, 2011. p. 338.

WERNER, Suzanne; KUGLER, Jacek. Power Transitions and Military Buildups: Resolving the Relationship between Arms Buildup and War. In: KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas (Ed.). **Parity and War**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, p. 187–207.

WHITE HOUSE. **Remarks by President Obama at the Australian Parliament**. November 17, 2011. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

WHITE HOUSE. **Sustaining US Global Leadership**: Priorities for the 21st Century Defense. Washington: Department Of Defense, 2012. 16 p. Disponível em: <http://archive.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.